

WORKING PAPER

#669 | 2025

WWP

Lembrar Jorge Borges de Macedo depois do centenário

JORGE BRAGA DE MACEDO

Lembrar Jorge Borges de Macedo depois do centenário

Jorge Braga de Macedo

2 de Janeiro 2025

Sumário: Abordado o centenário do historiador e pedagogo no *NOVASBE Working Paper* nº 637, este nº 669 faz o balanço das comemorações, nas secções I a VI, começando na Academia Portuguesa de História (APH, 18 de Março 21) conforme a separata coordenada por Manuela Mendonça e Maria de Fátima Reis simplesmente intitulada *Homenagem* a que se seguiu *Jorge Borges de Macedo, história e inquietação*, organizado por Sérgio Campos Matos, no prelo. Seguiram-se Academia das Ciências de Lisboa (ACL, 13 de Maio); Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, organizado pelo Centro de História da Faculdade de Letras CHFLUL, 27 de Outubro) e Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP, 14 de Dezembro). A secção VI reproduz extratos de **Jorge Borges de Macedo Obras Escolhidas** (100JBM), Fundação Gulbenkian, 2022 lançado na Biblioteca de FLUL em 11 de Julho (capa reproduzida em nº 637, 3). Mais, o foco africano de GeP, Fundação Amélia de Mello, 2021 (capa reproduzida ibid, 7) alarga-se à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em **Globalização em português Revoluções e continuidades** (GeP2), Universidade Católica de Angola, no prelo, sem esquecer os **Mistérios de Lisboa** para Manuel Porto em Coimbra. Além do 500º aniversário de Camões e da passagem em 2015 do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) para RULisboa, evoca-se ainda o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) criado há 35 anos em Cabo Verde.

Índice: I Introdução: 450 anos de *Os Lusíadas* e efemérides lusófonas

II *Saber continuar* sem mana e Academia Portuguesa de História

III Academia das Ciências de Lisboa Encerramento da sessão de 13 de Maio

IV Faculdade de Letras de Lisboa 1. Globalização, CPLP et al. org. não é título 2 Circunstâncias, lugar, agradecimento e título 3. Lições de Globalização em português Revoluções e continuidades 4. Conclusão não esquece a governação

V Sociedade Histórica da Independência de Portugal Encerramento das comemorações

VI. Excertos de *Obras Escolhidas*, citações, livros reeditados e homenagens para GeP2

Referências

Abstract *NOVASBE Working Paper* nº 669 follows nº 637 on the centennial of Jorge Borges de Macedo by presenting excerpts from his **Selected Works**, a publication of the Gulbenkian Foundation launched at the Humanities Library on 11 July 2022, and **Globalization in Portuguese**, to be published by the Catholic University of Angola - following the African focus of the book sponsored by the Amélia de Mello Foundation in 2021 and the contribution to a Coimbra colleague on the **Mysteries of Lisbon**. The themes are anniversaries: 35th of International Institute of Portuguese Language in Cabo Verde, 500th of Camões, and 10th of the Tropical Research Institute becoming an empty shell at the ULisbon Rectory. A list of illustrations follows.

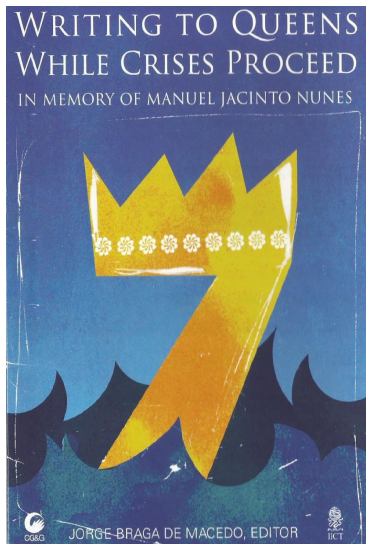
I Introdução: 450 anos de *Os Lusíadas* e efemérides lusófonas

Passados 450 anos desde a publicação de *Os Lusíadas*, apetece recuar ao 300º aniversário de Luís de Camões (1524-80) imposto no final da reconstituição da administração pública



iniciada com a regeneração por aquela mesma opinião pública que dez anos depois realizaria o maior movimento do século, em reação ao *ultimatum* inglês. No centenário seguinte, porém, Jorge Borges de Macedo denunciava o “rancor progressista por Camões” em «*Os Lusíadas*» e *a História* (Verbo, 1979, 262), tema que continuaria a preocupar meu pai¹. Como o dia 12 de Março de 2022 está entre o 101º aniversário do seu nascimento e o 26º da sua morte, embora mais próximo deste, Camões enquadra bem os quatro eventos evocadas nas partes II a V, respetivamente na APH, ACL, BNP (por conta de CHFLUL) e SHIP. Na parte VI, onde se

juntam citações, livros reeditados, homenagens e remissões para *Globalização em português Revoluções e continuidades*, Universidade Católica de Angola, salienta-se não só o projeto de publicar conjuntamente as comunicações das partes II e III, mas também o antecedente, que, nos 7 anos entre 2004 e 2011 juntou CHFLUL e IICT. Esses 7 anos repetidos são outro eco de Camões (ilustrado na **imagem I, 1** salvando o manuscrito do naufrágio) cujo quingentésimo aniversário também se aproxima. Ao ponto de o início do



soneto camoniano aparecer na última publicação do IICT (em conjunto com o Centro Globalização e Governação da *Nova School of Business and Economics*): trata-se de Macedo (2015a), referente a um projecto interdisciplinar com ACL que visava alargar a carta sobre a crise financeira escrita pela Academia Britânica a Isabel II em 2009 - de modo a incluir as ciências e o sul global. Traduzindo, a “capa mostra uma coroa com nove bandeiras da CPLP como joias em forma de 7 sobre ondas alterosas mas mais mansas do que as que ilustravam a descida no turbilhão de Poe” (**Imagem I, 2**)². A primeira secção, intitulada “a escolha de Jacinto, sete anos depois” explica que o livro seja dedicado à sua memória e acrescenta em português: “Sete anos de pastor

Jacob servia.../Começa a servir outros sete anos, Dizendo “Mais servira, se não fora/ para tão longo amor tão curta a vida”. Mencionado o fado de Amália, a origem bíblica, a familiaridade com os ciclos de sete anos e a perplexidade com a conjuntura, prossegue: “Jacinto Nunes acreditava na complementaridade entre os pilares Europeu e Lusófono da

¹ A ideia mencionada em *Resistência - Revista de Cultura e Crítica*, 1977 é citada em Macedo (2005, 248), com o comentário “A denúncia do preconceito que, enquanto pré-conceito, não é perdoável às elites, é assim inseparável da pedagogia”. Ver em 100JBM: “Constantes da História de Portugal” (1981, 395); “A Opinião Pública na História de Portugal” (1986, 134); “Existência e História em Cesário Verde” (1994, 325).

² Na capa de <http://www.jbmacedo.com/booklet.pdf>, a ilustração de 1919 está em *Ciência nos Trópicos*, 2013.

política externa portuguesa”, conforme o tributo que prestara à sua memória, ao nosso mentor e amigo comum Pinto Barbosa e a meu pai, reconheci que, na prática, tenham frequentemente sido substitutos até porque a política externa de todos os membros da CPLP deve comportar a defesa da língua comum não implica que cada um tenha de partilhar toda a história da mesma ou ignorar outras línguas faladas no território nacional (cf PCM 2011 para o caso português).



Assim, a língua lusitana, tão ou mais antiga do que outras línguas ocidentais, desapareceu com a colonização romana de maneira que a “história e futuro da lusofonia global” (**Imagem III/ 7**, infra p. 8) prejudica as circunstâncias pré-coloniais de todos os membros, o que não acontece com “globalização em português” (**Imagem III/ 8**) determinante para a navegação atlântica para a Índia e subsequente circum-navegação. Não foi esse o mote dos vários eventos em que se comemorou o centenário do historiador e pedagogo e nos quais participaram várias gerações familiares e profissionais incluindo assistentes e discípulas que tinham contribuído para o projeto dos 7 anos a que se aludiu acima intitulado **Jorge Borges de Macedo Saber Continuar** (SC, 2005;

Imagem I, 3). Porém, pode dizer-se que decorre dessa atitude a *globalização em português* (GeP; **Imagem III, 8**), quando comparada com a de outras organizações internacionais com base na língua que a precederam, desde logo a Cimeira Ibero-Americana (1991, hoje parte da Secretaria-Geral dita SEGIB), assente na inteligibilidade mútua de português e espanhol, além da *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF), sediada em Paris desde 1970 sendo a *Commonwealth of Nations* (CoN), criada em Londres em 1931, a que mais provas deu – apesar de não contar com os EUA. Aliás foi em Montreal que, em 2017, as dirigentes das quatro entidades apelaram ao humanismo universal num painel do *Forum Économique International des Amériques* (FEIA), moderado por Marina Ramos, *sherpa* da OCDE organização internacional baseada em Paris (então dirigida por um diplomata mexicano que nomeara a *sherpa*) da qual brotara nos anos 1970 um agrupamento dos sete países mais ricos (G7) que acrescentava Alemanha e Japão aos três membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas mais Itália, Canadá e a Comissão Europeia como observador, a pedido do Reino Unido! Entre 1997 e 2014, a Rússia participou num G8 efémero e a crise de 2008 levou a que o grupo financeiro dito G20 passasse a funcionar ao nível de topo³. 2 membros permanentes do Conselho de

³ GeP (20-24, 50). Sem bulir no predomínio de G7, BRICS e Commonwealth, o *Financial Times* de 26/10/21 trouxe em primeira página a percentagem do PIB mundial 1992-2021 entre G7 e os “sete magníficos” (BRIC, Indonésia, México e Turquia) que andam à volta de 60% do total, de maneira a inverter posições 2/3 e 1/3!

Segurança da ONU estão nos BRICS, tendo a África do Sul aderido. 3 membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU estão no G7, estando Brasil e Canadá porventura mais relacionados. No Quadro 1, listam-se 14 participantes no G20 por ordem do PIB em paridade de poder de compra: China e Estados Unidos com perto de \$30 trilhões (escala curta), seguidos da Índia com metade e Japão com um quarto, tal como Alemanha, Rússia, Indonésia, Reino Unido, Brasil e França – os três últimos com quase \$4 trilhões (10 vezes maior do que Portugal que é o dobro de Angola), de maneira que BRICS estão mais representados do que G7 graças ao Brasil.

Quadro 1	G7	BRICS	CoN	SEGIB	OIF	CPLP	soma
China		x					1
EUA	x						1
Índia		x	x				2
Japão	x						1
Alemanha	x						1
Rússia		x					1
Reino Unido	x		x				2
Brasil		x		x		x	3
França	x					x	2
Itália	x						1
Canadá	x		x			1	3
África Sul		x	x				2
Espanha				x			1
Austrália			x				1
Argentina				x			1
soma	7	5	5	3	2	1	

Como resulta do Quadro 1, **Brasil e Canadá** estão presentes em 3 destes diretórios mundiais, seguidos por *Índia, Reino Unido, França e África do Sul* (quando se juntou aos BRIC). Por outro lado, CPLP é a mais pequena das 4 organizações congêneres. Segue-se a francesa (1970, igual ao Brasil e dobro do Canadá), a ibero-americana (1991, onde Brasil é o maior com o dobro da Espanha que é o dobro da Argentina) e a inglesa (1931). O apelo a um “humanismo universal” (capa **Imagem V/6**) partiu de Montreal, Canadá. Note-se que o PIB do Reino Unido é um pouco maior do que o da França, mas apenas 1/3 do da Índia, com \$12 tril.

Quanto aos *Lusíadas*, a estância inicial “E entre gente remota edificaram novo reino, que tanto sublimaram” só se traduz bem para espanhol (1580), por causa do duplo sentido de sublimar/refinar⁴ O bardo ter conseguido uma sublimação mais global, posto que intraduzível para além dos Pirenéus, é assim congruente com décadas de Cimeiras Ibero-americanas e da CPLP - onde a globalização em português se sustenta através do Brasil, dos PALOP e da sede lisboeta. Como a última aula, sobre o tempo de Camões, ocorreu quando se aproximava a nossa primeira presidência europeia, o orador ironizou sobre uma estátua patente na entrada do parlamento (*infra* nota 54). Em boa hora o neto historiador recordou a presença atenta de sua mãe no anfiteatro da Faculdade pois veio dela a ideia de propor à Fundação Gulbenkian uma edição das obras do pai com Jaime Gama, outro antigo aluno. Branca (1948-2020) não ia ver a obra concluída graças ao empenhamento de José Brissos – aluno, assistente e legatário – na escolha, depois do neto homónimo Jorge Castro Henriques ter preparado o manuscrito (capa **Imagem III/ 3**) e entregue em Janeiro de 2021 pela Luiza, que tanto acompanhou o sogro no Hospital

⁴ Três exemplos: Fanshawe, 1655 is 'Mongst Nations, under other Stars, aquir'd! / A modern Scepter which to Heaven aspir'd; Mickle, 1776 “forc'd their way/ to the fair kingdoms of the rising day.../ What glorious empire crown'd their toils”; Ragon, 1842 “ont sur ces bords lointains établi leur domaine”.

Amadora Sintra (onde comemorou 75 anos quinze dias antes de falecer), e pelo neto João - com algum sobressalto.

II *Saber continuar sem mana e Academia Portuguesa de História*

No final da sessão de 17 de Março da Academia Portuguesa de História, ocorrida na véspera dos 25 anos da morte, anunciei a sessão especial da Academia das Ciências de Lisboa para 13 de Maio e o propósito de publicar 100JBM (**Imagem I/3**). Aí juntei datas de três eventos julgados relevantes e saliento, das capas que projectei, outras três: 1 *Elogio* de Maria do Rosário Themudo Barata, discípula dilecta, ao seu antecessor na cadeira nº 19 da APH (Barata 2004a); 4 *Jorge Borges de Macedo: 10 anos depois*, lançado por Ana Leal de Faria, discípula dilecta da discípula dilecta, **Imagem V/2**, ALF 2007a); 5 *Jorge Borges de Macedo Privado e Publicado* (**Imagem V/3**, Macedo 2010) concebido pela neta Ana e apresentado pelo legatário no Jardim Botânico Tropical em Belém. Lembro aliás que, em 14 de Novembro de 2013, fui recebido na cadeira de António Manuel Pinto Barbosa (1917-2006)⁵, por sinal professor de Marcelino (1928-2016), irmão mais novo de meu pai, economista e fotógrafo. Citei-o no elogio académico por ter sido aluno do elogiado mas ocorre lembrar que ofereceu a biblioteca de meu avô e padrinho José Pinto de Macedo (1876-1948) ao Arquivo Histórico Ultramarino, como documenta Arminda Fortes (2014), estando na Biblioteca da Faculdade de Letras desde 3 de Dezembro de 2024!

A sessão especial da ACL, presidida por José Luís Cardoso por impedimento de última hora de Jorge Gaspar, incluiu comunicações de SCM, MRTB, ALF e do neto António, testemunhos da Presidente da APH e de representantes doutras instituições convidadas e uma breve mensagem de Luís Oliveira Ramos (que teve de cancelar a presença mas enviou uma mensagem sobre o “historiador original”, que foi seu professor em 1958/59) mais as discípulas diletas. Não por acaso, a sessão ocorreu no dia das aparições de Fátima e mês da Bula *Manifestis Probatum*, temas de obras marcantes, desde logo a comemoração dos 800 anos, **Constantes da História de Portugal** (já citada, alicerce da **História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força**, HDP) seria seguida por **Portugal: um destino histórico** de Joaquim Veríssimo Serrão (1925-2020), título que usaria na publicação dedicada ao amigo na qual escreveu a frase “saber continuar” - abreviada em SC (PDH, **Imagem III/5**).

A publicação conjunta de opúsculos sobre os dois amigos na sessão de 6 de Outubro deu-me assim ensejo de os comparar, já como novíssimo sócio honorário da APH, recebido em 20 de Abril de 2022. Em 27 de Outubro teve lugar a iniciativa do “seu” Centro de História que hoje faz parte do “Grupo de Investigação Usos do Passado”. Porém, devido a obras que reduziam o espaço disponível, o evento realizou-se na BNP e depois na

⁵ 2 **Imagem I/3**; 3 Câmara (2019) que decorria de (1988, sobre seu avô governador, publicado com apoio do Banco de Portugal) e lançado na presença do governador (ex-aluno na UCP), Joaquim Veríssimo Serrão e, amigos muito estimados. Não assisti, mas justifiquei a capa por ter prefaciado a fascinante narrativa sobre o empréstimo da Sociedade das Nações, lançada na ACL a 31/10/19 para satisfazer o desejo expresso do autor, cujo pai e avô tinham sido sócios da Classe de Ciências, como o presidente Carlos Salema recordou antes de ceder a presidência ao decano da Academia e da secção de direito, Pedro Soares Martínez (1925-2021), que ocupava a cadeira 11L e me recebera na 13L (cf Macedo, 2019 sobre moeda, câmbios e orçamento).

Sociedade Histórica da Independência de Portugal, onde ALF encerrou as comemorações a 14 de Dezembro, na presença virtual de Manuela Mendonça e MRTB com recurso a mais imagens até ao citado apelo conjunto (**Imagem V/ 8**).

Esta contribuição inclui excertos de 100JBM além das comunicações próprias aos eventos e relatos pertinentes - até porque no citado **Saber Continuar** (2005, 171) já se encontram análises sobre a globalização, acerca de “transferir conhecimentos e tecnologias para os países do Sul, em particular os africanos de língua portuguesa”. Também o capítulo intitulado “uma herança familiar” se declina em “Pela Integridade e a Pedagogia, Contra o Pré-Conceito” (IIPCP, 231) e cita as respostas a cinco perguntas do Círculo de Estudos Sociais VECTOR sobre Nação, expansão ultramarina, língua portuguesa, existência de uma portugalidade e de um projeto comum. Além de denunciar preconceitos em voga, faz a esperança depender da relação entre política nacional e amor ao próximo (“As condições da esperança”, **Resistência – revista de cultura e crítica**, 1978; SC, 233). O citado GeP retomou estes temas a aprofundar e alargar com vista ao 20º aniversário da UCAN, incluindo na parte IV excertos de 100JBM, numa publicação que transbordou para 2025. Conseguiu-se acrescentar “Epistemologia da Informação”, 1984 em 3ª edição, como sugerido por AC Matos, que promovera a 2ª e, outra continuidade, manteve a expressão “Constantes e Linhas de Força” que usara em SC relativamente ao tema europeu para a aplicar á historiografia “macediano” (apropriando o adjectivo de SC Matos, 2021, 28).

Em <https://www.youtube.com/watch?v=4LxJk856Khl>, o evento na SHIP incluiu de tarde a tocante evocação da neta Teresa (2:39), seguida pela comunicação do neto historiador sobre a “questão canónica da unidade de Portugal” (31:42). ALF leu os testemunhos escritos dos netos Jorge e Francisco (35:12, este já participara a partir do Alto Alentejo no bate papo do evento da APH) antes de dar a palavra ao testamenteiro que escolheu **Portugal e a Europa para além da circunstância**, 1988 como exemplo de coleções de textos. O testamentário começou por lamentar que os esperados volumes da Gulbenkian tivessem emagrecido de 3 para 1 -prejudicando assim a apreensão da obra de quem, mais do que um historiador, foi homem de cultura e espiritualidade. Acrescentou que as matrizes do pensamento “macediano” se foram ampliando sem com isso diabolizar o conceito de nação como fazem os que não percebem a história cultural, política e económica na sua plenitude. Para JB a riqueza intrínseca de JBM foi não usar um só critério para definir o que mantém a unidade do país, sem retórica nacionalista pois olha para a presença universal dos portugueses. As citadas *Constantes* serviram de alicerce aos dois títulos que abreviei em PDH e HDP, o tratado de Methuen e *Historiografia Portuguesa*, perguntou: Para que serve a história? A memória destina-se a um público concreto. Como exportar o Estado? (1:06:36). Reitero os agradecimentos a familiares e amigos que organizaram e acompanharam os eventos, bem como discípulas e colaboradoras do homenageado, nomeadamente a presidente da APH, que enalteceu os seis anos passados com meu pai na Torre do Tombo, Manuel Braga da Cruz, que representou a Reitora da UCP na sessão de 13 de Maio e JLC, presidente da ACL. Tal como evoquei “o meu primeiro contacto sistemático com a economia, durante as férias da

Páscoa de 1968” e “a saudade do escritório concreto onde estudei” (Serrão *et al.* 1991, 613, 622), dou graças por ter concluído mais este testemunho familiar em quatro partes.

III Academia das Ciências de Lisboa Encerramento da sessão de 13 de Maio

Agradeço a presença física ou virtual de todos antes de evocar passeios reais ou imaginários com pai, mãe, irmãos e madrasta⁶. Embora a procura da verdade nunca o abandonasse, descurei conversas aborrecidas sobre indumentária (incluindo capilar), música e museus (antes de casar), escolhendo as que nos aproximavam como cinema, fé (depois de casar) e ironia ou que mantinham as distâncias disciplinares (história, economia, política). As conversas eram livres mas para manter convinha discordar nalguma coisa.

Dos quatro pontos que trago, não há discordância possível sobre Damião de Gago (**Imagem III/1**), Mocho de Farinha (**Imagem III/2**) e *Manifestis Probatum* (**Imagem III/4**) que remeto para o citado WP # 637 de 25 de Abril com o título da sessão onde se encontram as referências devidas, às quais acrescento mais duas: “Só pela verdade se criam relações estáveis entre os homens e só tendo esta como possível e superior às exigências sectoriais poderemos lutar pela paz”⁷; “...o Cristianismo completa, como acto objectivo, o aparecimento do homem...As exigências da Natureza são uma forma de verificação do homem.”⁸

Como disse MRTB, as comemorações anunciadas na APH em 17 de março, são uma forma de “combater o silêncio” tal como 100JBM (**Imagem III/3**), iniciativa na qual tiveram papel determinante ex-alunos, historiadora, filósofo, legatário e reproduz, além doutros testemunhos, a saudação intitulada “O sentimento e a razão” que Branca proferiu na Sociedade de Geografia de Lisboa. A data bonita aceite pelo presidente da classe, pelo decano da secção e outros confrades, como Francisco Contente Domingues (1959-2021) - cuja memória evoco – além de contar com o empenho de JLC (que assistiu à sessão da APH na companhia da Ana, ex-aluna e cunhada da mana). Menciono ainda o apoio

⁶ Filho e nora agradecem missas sucessivas ao P^e José António Ribeiro da Silva: em 3/3 na Igreja de Colares pelos 100 anos também assistiram os netos António e João (pai do Zé) tendo o Prior suscitado uma troca de testemunhos, durante a qual o neto historiador lembrou que o “avô Jorge” passou a ser o “irmão Jorge”; em 18/3, dia de São José, na Capela do Mucifal pelos 25 anos da morte; em 10/4, véspera do Domingo da Misericórdia, na mesma Capela, pelos 103 anos de Branca Rosa na presença do filho, do neto António, da neta Teresa e sua filha Branca; em 19/4, na Igreja da Misericórdia, pelos 39 anos da morte de Ana Irene nas Galveias, terra natal da nossa mãe; em 7/5 na Igreja de Colares pelos 11 anos da morte da viúva Gisèle (evocada pela presidente no final da sessão de 17/3) na presença do filho Carlos. Em 24/3 na Igreja do Campo Grande pelos 73 anos da mana Branca, na presença de António e seu filho, acabados de chegar das Galveias; em 4/4, Páscoa, João escreveu-nos: "Onwards and upwards" - todos de formas diferentes e únicas, todos com erros, omissões e questões - mas acima de tudo - aprender e conseguir SABER CONTINUAR!". É que, na última página, o livro com esse título alude a filhos e netos, como que antecipando os bisnetos que foram aparecendo, um Zé lusoamericano em 2013 e uma Branca em 2018.

⁷ “Para uma epistemologia da informação”, 1984, 100JBM, 1227.

⁸ Mais longo: “Natureza, não em si mesma, mas face ao homem consciente e racional que a interpreta e analisa, ajudado pela sua própria história onde figura a sua criação e a sua redenção” “São Francisco e a Natureza como Recurso Epistemológico Permanente” (1982 100JBM, 66).

imediatamente de Vítor Serrão, filho do saudoso Joaquim a quem é dedicado o tão citado PDH (Imagem 5).

Um eventual ponto discordante seria não tanto a CPLP mas o *Futuro e História da Lusofonia Global* (Imagem III/7), organizado pelo malogrado historiador Miguel Rodrigues (1948-2016) com capa criativa de Tiago Ribeiro e prefácio de Lauro Moreira (então embaixador do Brasil na CPLP), lançado na SHIP em finais de 2008⁹. O último título do projecto colaborativo *Saber Continuar* (2004-11), retrata e cita antigos professores de Letras “com o intuito de reforçar a importância do papel da Universidade no desenvolvimento humano no contexto histórico das lutas de emancipação política na África de língua portuguesa” (Imagem III/9). Com esse propósito, a autora também entrevistou alunos do curso de Estudos Africanos acerca da CPLP, considerada “instituição fantasma” - a despeito de várias provas de vida na promoção de “negócios, ciência e cultura para o desenvolvimento” (*Business, Science and Culture for Development BS&C4D*):



- 2004, com presidência e executivo brasileiros, assinou um protocolo de colaboração científica com o Instituto de Investigação Científica Tropical (adormecido enquanto “unidade especializada” da ULisboa desde 2015) alargado ao Centro Globalização & Governação da NOVASBE (sem actividade própria desde que me jubilei mas assente num protocolo de 1992 com o Ministério das Finanças);
- 2006, com a Cimeira de Bissau aprovou declarações sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio¹⁰, a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (1986) e o Conselho Empresarial da CPLP (2004);
- 2008, com a colaboração com CG&G/IICT/ACL para atenuar os tradicionais “silos” da cooperação para o desenvolvimento que deu lugar à Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia e à promoção de BS&C4D no “sul global”;
- 2017, com a referida aprovação no FEIA do “Apelo por (sic) um humanismo universal” pelas dirigentes de OIF, CoN, SEGIB e CPLP, num exagero de BS&C4D, se declara “Promover o bem comum é um bom negócio” sendo que SEGIB e CPLP salientam cultura e educação (esta última associada a “habilidades” sem menção da ciência focada antes);
- 2018, com a Cimeira da CPLP em Santa Maria, Cabo Verde que me levou a uma “esperança na lusofonia” que reprimino para 2022, com a Cimeira da CPLP em Luanda, Angola – na qual se conclui o processo de ACL ser observador consultivo, iniciado em 2020.

⁹ Contém extractos do Blogue de História Lusófona do qual salientarei apenas o encontro entre Ramalho Eanes, Agostinho Neto e Luís Cabral em 26/6/78 “Não esquecer Bissau”, *Cooperação*, série II, nº 1, pp. 15-16 de 5/11/06. Marca 25 anos da morte de minha mãe e x anos de Luiza a quem devo o gosto pela preservação do património conforme seus 1986, 2014, ver notas 11 *in fine* e 31 abaixo.

¹⁰ Na luta contra a pobreza faltava a “dimensão histórica” considerada “indispensável” porquanto “cada sociedade, cada civilização tem a sua pobreza” (in Neves, 1985, 87). Sobre comparação entre China e Índia ver <https://theprint.in/pageturner/excerpt/amartya-sen-said-no-democracy-with-free-press-has-had-major-famines/534152/>. Reduzir pobreza extrema e fome foi o 1º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (2000-15).

SCM, que assistira à sessão de 17 de março, aceitou apresentar uma comunicação seguida de breves depoimentos de ALF, que co-organizou os estudos em homenagem a MRTB e apresentara “Jorge Borges de Macedo: 10 anos depois” (**Imagem III/15**, p. 22 abaixo). Seguiu-se, em 28 de novembro de 2006, o neto historiador cuja comunicação sobre *Portugal Liberal* na Universidade Católica ocorrera entre Álvaro Costa de Matos e José Brissos e de que agora apresenta nova versão, como convém. Em 9 de maio de 2007, foi a vez de economistas e historiadores do Instituto Superior de Economia e Gestão e da NOVASBE (bem como da Faculdade de Direito da UNL e do Instituto de Ciências Sociais da ULisboa) se juntarem no velho Colégio de Campolide. Das nove comunicações apresentadas, seis foram publicadas como ensaios, de JLC a Luís Brites Pereira, olhando este para a globalização como destino histórico. O neto organizou os debates (2009; **Imagens III/10 e 17**, p. 22 abaixo) – elemento indispensável da conversa que luta pela verdade, que transparece até na sepultura do Alto de São João¹¹.

A partilha de comunidades de segurança globais, nem sempre as mesmas nem as mais adequadas à sua história, resulta do “modelo de governação exportada”, que levou a dar o estatuto municipal de Lisboa a Goa, Baía e Luanda¹² motivando o termo de Lusofonia Global, título porventura menos ambicioso do que “Globalização em Português” – sem esquecer o curioso termo “geração lusofonia”, com o qual a revista britânica *Monocle* capeou, sugerindo que o mundo precisa de “a bit of lusophilia” (**Imagem III/6**). Assim proponho **continuidades lusófilas sem silos** em contraponto com revoluções lusófobas com eles¹³. Tal como escrever à “Rainha Lusófona”, juxtapor “global” e “bit” apela ao “humour” (francês ou inglês?) retirado de *Ridicule* - inesquecível reconstituição da corte de Luís XVI no filme de Patrice Leconte estreado em 9 de maio de 1996. Perdoem-se-me então duas outras ironias no espaço e no tempo e uma decorrência da terceira que orienta este texto: 1) na exposição intitulada “Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global” (IICT, 2010) a organizadora, ilustre congoleza de nascimento, não queria incluir missões anteriores ao 5 de Outubro; 2) terá passado lusofantasma no colóquio da Universidade Lusófona sobre “Identidades, hibridismos e tropicalismos: leituras pós-coloniais de Gilberto Freire”? Talvez mais surpreendente tenha sido um romance histórico (Pinto, 2014) que mantém a interpretação consagrada mas errada do *ultimatum*, inspirada por Barros Gomes (como se pode conferir em SC, 251 e p. 11 *infra*).

Volto ao simpósio incluído nas comemorações dos 150 anos de Alfredo da Silva que decorreu no Salão Nobre da ACL em 18 de dezembro de 2020 (**Imagem III/8**, usando o mapa *Dymaxion* para representar melhor a escala africana, como se verá melhor na

¹¹ A urna que estava no cemitério dos Prazeres foi trasladada em 29 de setembro de 1998, ficando o epitáfio “Historiador e Pedagogo” na sepultura. A esse respeito lembro o gosto da nora pela erudição e preservação de livros e arquivos, adquirido em Princeton como se vê no seu 1985, lembrado nas notas 9 e 31, andou de par com a dedicação à BN, TT e ACL.

¹² Boxer (1965, 12-15) acrescenta Macau, mais autorização de governo municipal do que o descrito em V.12.

¹³ Para Gillian Tett, jornalista financeira doutorada em antropologia, os economistas apresentam teorias inaplicáveis na prática e os gestores procedimentos opacos para interessados. Em FT 8/5/21, aplicou a sua abordagem ao imobiliário! https://en.wikipedia.org/wiki/Dumbo,_Brooklyn e uma saudade nossa do RC: https://www.tripadvisor.com/Restaurant_Review-g60827-d482173-Reviews-The_River_Cafe-Brooklyn_New_York.html.

Imagem IV/2 abaixo), cotejando através do IICT (1883-2015) continuidades e revoluções em Angola, Guiné, Moçambique e Portugal, estas através do IICT. O painel de encerramento notou que a pandemia não aproximou as duas uniões continentais, o que continua a ser verdade depois da renovação do acordo de Cotonu. Pior ainda, a Presidência do Conselho Europeu ignorou a política externa portuguesa, o que não aconteceu em 1992 quando ainda não havia CPLP mas os PALOP passaram a ser considerados contíguos para efeitos de cooperação - como já era o caso dos membros africanos da CoN ou OIF.

Vamos pois à descoberta de continuidades através de muitas revoluções: logo após a restauração de uma política externa própria em 1640, veio o desgaste da guerra luso-holandesa e a demora na paridade diplomática com a Santa Sé, só reconhecida em 1748¹⁴. A original resposta às invasões francesas foi seguida de revoluções sucessivas em Portugal e no Brasil, a última das quais a 25 de Abril. O ponto de honra foi as fronteiras dos membros da CPLP não terem sido alteradas, mau grado guerras civis nos três países africanos continentais e Timor-Leste. Foi na Cimeira da CPLP em Dili, em 2014, que a Guiné Equatorial se tornou membro, dando um sabor ibérico singular porquanto pertence à OIF mas não à SEGIB. Sabendo-se que Fernão de Magalhães morreu nas Filipinas em 27 de abril de 1521, as comemorações da primeira viagem de circum-navegação, entre 1519 e 1522, reforçam o peso da globalização em português fora de África, abordada na seqüela abreviada em GeP2 - mas não no simpósio.

Como os Estados-Unidos a norte se tornam independentes quando a revolução industrial inglesa inicia uma transformação que a Europa meridional ignorou, os Steins sustentavam que a “herança colonial da América Latina” era anti-progressista, como se existisse progressismo industrialista sustentado¹⁵! Aliás, reconhece-se que o Brasil, monarquia com as fronteiras mais antigas das Américas, foi um modelo para os sulistas que controlaram a política externa dos Estados Unidos até à guerra civil¹⁶... Sem voltar à vingança dos emergentes¹⁷ - convém ter consciência de que variaram os pontos de fixação dos interesses portugueses face às dificuldades externas: no século XVII, o Brasil permitiu reorganizar o tráfego da Índia em concorrência com a Inglaterra e a Holanda; no XIX,

¹⁴ Vem no *Relatório Internacionalização e Desenvolvimento* entregue ao Primeiro-ministro, 2011 p. 20 (citado em Macedo et al. 2021b) inspirado em HDP2, 296-8.

¹⁵ Stein e Stein (1970) cuja última edição anuncia “Reorganized coverage of the imperial crisis and Independence Era is spread out over three chapters and incorporates all of the major new scholarship in these areas; New discussion of the Haitian revolution and its regional significance; Expanded discussion of the African influence on early colonial development”.

¹⁶ Para Karp (2016, 2020), historiador de Princeton, “a batalha traz enormes lições para os radicais de hoje” por não se tratar de “efeito do desenvolvimento capitalista ou triunfo duma vanguarda activista iluminada”.

¹⁷ Em 2003, foi fundado em Brasília um fórum com Índia e África do sul, dito IBSA, “com o objetivo de se constituir num mecanismo de coordenação entre os três países emergentes, que comungam a característica de serem democracias multiétnicas e multiculturais”. O interesse do Brasil pela CPLP tem sido intenso mas na óptica de grandes países emergentes popularizada em 2001 pela expressão BRICs, que passou a BRICS quando a África do Sul se juntou em 2010 e agora coexiste com o G7 no G20. Recorde-se que Brasil votou a favor da Ucrânia na Assembleia Geral de 2 de Março com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste mas só este (e Portugal) manteve o voto na expulsão da Comissão de Direitos Humanos em 7 de Abril.

Angola aumentou graças à Conferência de Berlim¹⁸. Esta variação dos pontos de fixação ocorreu de novo quando, pouco depois da Conferência de Bandung, foi ocupado o Estado da Índia e começaram frentes de combate no continente africano que iriam durar até ao auge da guerra fria, com consequências para os PALOP, sobretudo Angola, sujeita à influência de russos e cubanos de maneira que “até o passado é imprevisível”¹⁹. A despeito de alguma “celebrity diplomacy”²⁰, os antigos teatros de guerra continuam mal. Pelo contrário, a transição de Macau para China foi exemplar e, depois de décadas de resistência e negociação nas Nações Unidas, a independência de Timor-Leste, alargou a CPLP à Ásia.

Glosei o “Ensaio de formalização concreta” (1990, 100JBM, 825) dedicado a António José Saraiva (1917-93), quiçá debatido entre eles na juventude e referenciado abaixo em V.15. A fraqueza do nosso Atlântico oitocentista ressalta duma “história excessivamente factual, feita sobre generalidades jurídicas ou assente em contraposições antecipadamente estabelecidas” esqueceu as consequências domésticas da proclamação da república brasileira logo após a subida ao trono de D. Carlos: falhou o tal ponto de fixação brasileiro indispensável para, depois “de duas tentativas falhadas, uma distante, outra mais próxima” (31 janeiro 1891, 28 janeiro 1908), se poder delimitar o encadeamento que culminou na revolução republicana. À aparente viabilidade do golpe de estado, praticada em 1851 e 1870 “pelo caudilho – Saldanha”, acrescia agora um argumento “de progressismo político, segundo o qual a Republica é superior à Monarquia”, sendo “justo” proclamá-la. Assim, o Brasil deixou dissolver Angola e Moçambique “naquela congeminação de secretaria onde variadas zonas da África Central, Ocidental e Oriental apareciam unificadas em mapas europeístas”/ *O Mapa Cor-de-Rosa* não passava de um delírio imperial do Terreiro do Paço. A realidade era outra, muito diferente e rica de poder negocial: a Grã-Bretanha estava, na realidade, preocupada com a presença francesa e alemã em África, e com o avanço português de Oeste para Leste, a partir da área essencial, há muito na sua posse: (sic, 832) a costa angolana, entre Santo António do Zaire e Moçâmedes. Em face da extensão do avanço português para o interior de Angola, a Grã-Bretanha encontrou uma oportunidade para se opor a um ajustamento semelhante, em Moçambique”.

No contexto internacional (que a opinião pública portuguesa não tinha condições para conhecer), o *ultimatum*, cuidadosamente preparado pelo governo britânico, denota uma preocupação que a agitação portuguesa, xenófoba e anti-monárquica permitiu aproveitar. Os portugueses “surgiram na arena internacional como vítimas frágeis e só choradas. A pior das posições internacionais”. Embora depressa a agitação republicana

¹⁸ Angola compensou pois as dificuldades internacionais que se acumularam no Congo, levando portugueses a explorar as áreas ao Sul da sua margem esquerda e outras bacias hidrográficas (Cuanza, Zambeze, Cunene)”, OE, 411. Os factores de crescimento em Moçambique de 1900 a 2005 mostram implicações de várias instituições criadas no tempo colonial, ver Pereira em Macedo *et al.* (2021b, 149).

¹⁹ Como exclamou Christine Messiant (1947-2006) citada por Rocha em Macedo *et al.* (2021b, 40)

²⁰ Cooper (2007) pesa as vantagens e inconvenientes do optimismo e *buzz* que trazem as celebridades, embora sem ter em conta que titulares de cargos públicos possam ter essas características. Lundhal (1979) é citado na nota 9 do meu “O Estado nas nações pobres” (in Neves 1985).

desistisse do tema «política externa», as realidades Moçambique e Angola não se perderam, tendo prosseguido “a consolidação da complementaridade e confluência de territórios diferentes: a maneira portuguesa de fazer nações”²¹. Preservar a esperança nas tais **continuidades lusófilas sem silos** também decorre do espírito de interdependência dos marcos deste centenário. Recordo como Richard Cooper (1934-2020) e Chiara Lubich (1920-2008) o usaram na economia e filosofia política, mestres amigos que me ajudam a conversar com outros próximos que partiram.

IV Faculdade de Letras de Lisboa

1. Globalização, CPLP et al. org. **não é título**

Reconhecer *ex abrupto* que “Globalização, CPLP et al. org.” não pode servir de título é prova de bom senso porque o homenageado não gostava de nenhuma destas palavras, nem sequer toleraria a abreviatura latina aplicada a organizações e não autores. Antes de agradecer, declaro pois que, em 100JBM, **globalização** tem duas menções, mas não no sentido geográfico que se vulgarizaria no virar do século.

1 “A cultura portuguesa prefere os conceitos complexos e de conciliação, mais a **globalização** do que a análise, onde a vontade se liga à racionalidade e à afectividade; a inclinação para os conceitos conciliatórios ou convergentes, embora com o sentido prático mais acerado e próprio para enfrentar as situações complexas sem ter necessidade, para isso, de preparar outros conceitos ainda não verificados ou de aceitar valorações demasiado fechadas. O que é interessante referir é que as características culturais deste tipo aparecem mencionadas em todas as caracterizações do ‘Português’²²;

2 “Nestes termos a convergência que Alberto Sampaio constrói, para cada caso, não o faz desinteressar-se da história nacional, de valores mais amplos de civilização e cultura. Simplesmente, não as toma como necessárias, na expressão em que se encontram. Procura, sim, a descoberta das relações e coerências reais, que operaram num processo histórico onde o presente também existe, sem que baste. Toda a pesquisa que antecede esta **globalização** vai culminar na possibilidade do poder político. Revela assim o caminho das diferentes comunidades que se exprimem nas relações humanas possíveis.”²³

Não tendo ainda sido criada a CPLP, reproduzo três menções de **língua portuguesa**: 1 “A acusação de que o português está a ser mal escrito, mal pronunciado, mal aproveitado nos seus recursos expressivos, encontra-se em todas as épocas da vida da **língua portuguesa**, mesmo nas que vieram, mais tarde, a ser reconhecidas como grandes períodos criadores”²⁴; 2 “As ideias não se criam para inibir, mas para estimular a acção e como inícios de acção.» Eis aqui, ao que julgo, a primeira exposição, em **língua**

²¹ Na verdade, até a Espanha mostrou interesse na costa ocidental de África a norte do Bojador, mas a guerra com os EUA https://en.wikipedia.org/wiki/Spanish_Empire#Spanish%E2%80%93American_War decorreu de rivalidades caribenhas e filipinas. O Brasil juntou-se aos aliados https://en.wikipedia.org/wiki/Brazilian_Expeditionary_Force.

²² Herança cultural portuguesa (1989, 100JBM, 250) e V.8 infra.

²³ Alberto Sampaio no Pensamento Histórico Português (1995, 100JBM, 1175).

²⁴ Não estão a assassinar o português! (1983, 100JBM, 93).

portuguesa, do marxismo-leninismo numa versão inserida na situação portuguesa”²⁵; 3 “E nessa técnica expositiva, obedecendo a uma disciplina narrativa estricte e a uma unidade, na proposta das razões abstractas e das conclusões-ensinamentos que se verifica tanto o seu extraordinário domínio da **língua portuguesa**, como a cuidadosa ponderação dos sintomas com que ele distingue os dois momentos significativos da sua exposição histórica”²⁶.

Os quase 50 anos pautados pelo ano lectivo, marcados pela morte do pai aos trinta, da mãe aos cinquenta e da mulher e da filha mais nova aos sessenta p.17 foram evocados com o propósito de “identificar e manter viva a herança” nos sete netos²⁷. “Na actualidade, a Guiné, Moçambique, Angola articulam, nos quadros do pensamento português que receberam, o seu caminho próprio. E lembraremos uma já empolgante realidade, o Brasil?” (233). Aí está esta confiança além de variadas menções²⁸.

Em **Questões sobre a cultura portuguesa** (1986, SC, *ibid.*), entende que “as culturas estão sempre ameaçadas...Mas não exageremos o perigo. Na verdade, não vejo ninguém, com excepção dos ideólogos do sistema – cada vez em menor número e cada vez mais medíocres – e dos tecnocratas de sempre – os anjos neutros de Dante – disposto a desistir da sua cultura nacional porque a considera de valor secundário. Esses sofistas do contemporâneo têm uma reduzida capacidade de difusão, embora constituam uma presença efectiva na vida do nosso tempo. Mas deve dizer-se que sempre existiram: são os neutralistas naturais que vendem a habilitação técnica a quem lhes paga. São mais uma negação da cultura do que um perigo para ela.”

Confortado com este banho de citações antigas, enuncio circunstâncias e lugar em 3 pontos mais conclusão, além dos dois títulos complementares já ilustrados e abreviados em LG e GeP (este com estudos de PALOP, memória do IICT e Euráfrica na pandemia alargado para GeP2) que partilham a “segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes” (*Centesimus Annus*, sec. 48) evocada nos (Serrão et al., 1992, 621)²⁹. Nesse volume com

²⁵ A Teoria da História de Jaime Cortesão (1984, 100JBM, 1086).

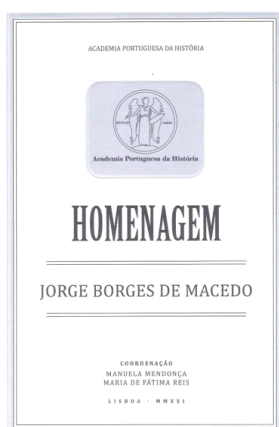
²⁶ Frei Luís de Sousa, *Historiador* (1987, 100JBM, 1109).

²⁷ SC, 2005: Jorge de la Barre doutorava-se em sociologia em Paris, António Maria Braga de Macedo Castro Henriques (pai de Mendo e Isabel) iniciava o doutoramento em história económica em York e João Estêvão Almeida Ribeiro Braga de Macedo (pai de Zé) dedicava o seu *Livro 7 Como Ser Surfista* à memória do avô, seguindo-se sobrinhos Jorge Maria e Francisco, filha Ana e sobrinha Teresa (mãe de Branca).

²⁸ João Marques de Almeida: “análises sobre a globalização, tão ao gosto de Jeffrey Williamson” (SC, 121) e “transferir conhecimentos e tecnologias para os países do Sul, em particular os africanos de língua portuguesa”(171). A sigla IIPCP (231) foi introduzida na parte I.

²⁹ Não por acaso, os dois últimos são do genro e do filho, respectivamente “Império: uma chamada de atenção”, 597-611 e “Economia, ética e suas implicações de política”, 613-22 onde se recorda a secção 53 da *Encíclica*: “Não se trata do homem ‘abstracto’, mas do homem real, ‘concreto’, ‘histórico’...concluindo que “a economia deve escorar-se na ética e na história e projectar-se para fora de si própria. Ao fazê-lo, traz ao homem concreto a ‘autoverificação das expectativas’, nome da esperança...” (621). 30 anos depois, continuo fascinado pela elegância do modelo de Paul Krugman com quem meu pai se entendeu às maravilhas (*Quarterly Journal of Economics*, 1991, 651-668). Infelizmente (como refiro em Malhó et al., cap II), não

36 contributos, é de um organizador o único estudo com título interrogativo “Ler o tempo, no espaço?” (*Estudos*, 17-25) e o organizador de hoje escreveu “Na génese da teoria do herói em Oliveira Martins”, no qual SCM nota “uma certa parcialidade de apreciação” (ibid, 504), sendo Fontes Pereira de Melo outro exemplo, além da “voga da ideia iberista e das propostas de união ibérica.” (477) e da circunstância de Camões exprimir “superiormente o génio peninsular, no séc. XVI...” (498).



Sabe-se da iniciativa brasileira de criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa por altura da queda do muro de Berlim, mas não é costume salientar que, em 1992, na primeira presidência europeia Portugal assegurou para os PALOP um tratamento de contiguidade na União Europeia, facilitando a criação da CPLP! Ora, ainda antes da adesão, o centenário da conferência de Berlim de 1885 servira “para dissipar ideias feitas e ilustrar uma hábil negociação internacional no meio da indiferença ou da crítica da opinião pública nacional” que, mais uma vez, se revelava atenta. Na sessão de 6/10/21 da APH, foram distribuídas duas publicações com o mesmo título singelo de *Homenagem* (**Imagem IV/ 1**), incluindo textos apresentados nas

sessões de 17/03 e 31/07 dedicados à memória de Macedo e Serrão respectivamente e uma reedição em fac-símile de *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, 1975 (CCP/FCG).

2 Circunstâncias, lugar, agradecimento e título

As circunstâncias evocam as comemorações dos dez anos do *Legado Bibliográfico* de 24 de Junho de 1996 na Faculdade de Letras, que incluíram uma 2.^a edição ilustrada de *História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força* (HDP2) e o número especial de *Negócios Estrangeiros*, no qual ALF se inspira da passagem citada na nota 31 adiante, que termina em “saber continuar”: em breves palavras finais sobre os dois grandes amigos na referida sessão de 6 de Outubro, julguei o lisboeta de origem nortenha menos galicano do que o ribatejano³⁰. A iniciativa da escola onde entrou em 1939, se licenciou em 1944 e viria a lecionar de 1958 até à jubilação ocorreu na biblioteca onde era leitor

resultou a verificação empírica do mesmo. com quem meu pai se entendeu às maravilhas (*Quarterly Journal of Economics*, 1991, 651-668). Volto aos serviços públicos eficientes e *Centesimus Annus* na nota 43 abaixo.

³⁰ Entre as decorrências de política interna, salientei a relação com Marcello Caetano. Já acolhido como sócio honorário, recebi na sessão de 6 de Outubro duas publicações com o título singelo de *Homenagem*, dedicadas à memória dos dois amigos. Reiterar que a iniciativa do CHFLUL ocorreu quando se aguardava 100JBM concebido pela sua filha Branca com o apoio de mais dois alunos do homenageado (um deles docente que foi desta casa). Em <https://www.youtube.com/watch?v=pSIWfSnisUM> encontram-se os textos apresentados na SHIP em 16 de Dezembro, tendo em conta que o evento prevista para a Sociedade de Geografia de Lisboa em 22 de Novembro foi inopinadamente cancelado por x e y. Macedo, 2024, que correspondia à Parte III de GeP2, usei um título oitocentista, “Os Mistérios de Lisboa” para descrever o processo numa homenagem a um confrade de Coimbra (Macedo, 2023).

assíduo e onde sua nora, bibliotecária pós-graduada na *Rutgers School of Communication and Information*, passou anos definidores antes de partir para Bruxelas em 1989³¹.

No ano anterior, meu pai reapresentou um livro que o seu (José de Macedo, 1876-1948) escrevera em 1910, *Autonomia de Angola* numa publicação do Instituto de Investigação Científica Tropical e prefaciou *O Factor Africano 1890-1990* que José Freire Antunes (1954-2015) escrevera para a ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, fundada por Francisco Mantero (1948-2021) e outros empresários³². Aliás, o interesse pelos “problemas atuais das relações de Portugal com os novos Estados africanos de expressão portuguesa” já se tinha manifestado num seminário em 26 de Outubro de 1984 em Tomar “com a expressiva designação de *Pensar África*”. Daí resultaria “A conferência de Berlim cem anos depois”, que “serve para dissipar ideias feitas e ilustrar uma hábil negociação internacional no meio da indiferença ou da crítica da opinião pública nacional”³³.

“Tal como no século XVII, o Brasil tinha fixado os interesses portugueses face às dificuldades na Índia, quando o tráfego se organizou em concorrência com a Inglaterra e a Holanda, também, no século XIX, Angola compensava largamente os portugueses, quando as dificuldades internacionais se acumularam no Congo. As viagens portuguesas realizadas, por essa altura, tinham expressamente a intenção de explorar as áreas ao Sul da margem esquerda do Congo e as bacias hidrográficas do Cuanza, do Zambeze e do Cunene” (SC, 251). Como se vê, Barros Gomes não merece ser poupado pelo romance histórico de Pedro Pinto. Constam dos meus (2021b, c e d) aspectos familiares e outros - como a prisão e o processo da PIDE – que MRTB, supervisora do *Catálogo*, também incluiu no *Elogio* proferido em 2000, além das capas da parte II³⁴ e não resisto a recitar: “Nós sabemos que os valores se perdem, quando se esbate a dignidade com que são defendidos e se plastifica o contexto em que são vividos ou com que se defendem. Torna-se indispensável restaurá-los para cada contexto. Saber continuar”³⁵. Sem embargo, considere difícil ser optimista relativamente à colaboração entre instituições, trazendo à

³¹ Os seus (1985) e (1986) são citados em GeP, 228 e acima notas 8 e 10.

³² A sede provisória foi no Centro de Socioeconomia do IICT, que passei a dirigir em 1985 por sugestão de Alfredo de Sousa como relatado em GeP, p 14 nota 8, 29 nota 43. Uma entrevista conduzida em 1994 pelo mesmo jornalista com um título inspirado pelo mesmo empresário “O Brilho do Velho Sábio” é mencionada em SC, 228. Extintas ambas instituições enquanto tais, evoco os amigos que tão cedo partiram.

³³ Mendonça, 1991, 37. A separata da *Revista Democracia e Liberdade* n.º 35, de Outubro/Novembro/Dezembro de 1985 vem dedicada “com um abraço e os melhores votos” (30/8/86).

³⁴ “Constantes da história de Portugal” e “Portugal um Destino Histórico” são precedidos pelos textos de Torquato Sousa Soares (1902-88, citado em SC, 237 nota 16) e José Augusto França (1922-2021, pai de amiga nossa). Ver o título PDH do autor de “Constantes” in *Primeiras Jornadas Históricas da Espanha e de Portugal*, APH 1990 organizada por Serrão seria reeditado em 1999 com apresentação do mesmo.

³⁵ “Esta é a comunicação das referidas *Jornadas*, na Primavera de 1988, justamente enaltecida no *Elogio* proferido por MRTB na Academia Portuguesa de História, em 1 de Março de 2000. Por ocasião da sua publicação, inaugurando as novas instalações da Academia, em Outubro de 2004, tive a primeira oportunidade de, em nome da família, evocar publicamente a figura de meu pai.” (SC, 22).

colação o IICT, criado em 1883, que mudou 6 vezes de nome e acabou como unidade vazia da ULisboa³⁶!

Em “**A Biblioteca Nacional e o Desafio da Cultura Portuguesa: Uma Evocação, Uma Razão, Um Projecto**”, 1989 aprofundou integridade e pedagogia³⁷. Depois da fina ironia vê o argumento e a injunção, assim:

1 “Tinha pedido a *Trahison des Clercs* de Julien Benda. E não sei se a sólida senhora, robusta e loura, esposa de um frágil e atento homem de cultura – o doutor Possidónio Laranjo Coelho –, acaso terá visto no título alguma insinuação anti-clerical”;

2 “Memória e vivência são as duas formas estruturais, antinómicas e complementares de manifestação da consciência. Nem na definição do eu nem na percepção do outro coincidem ou têm a mesma importância. Mas não deixam, por essa razão, de ter íntima relação entre si. A vivência do eu intensifica-se com a memória. E esta – a memória – aprofunda-se, em grande medida, pelas exigências do eu.”

3 “Contudo a memória e o melhoramento da sua selecção são também, em grande medida, uma responsabilidade social. Se é ilícito – imoral – suprimir a memória, não o é menos sujeitá-la a limitações que a tornam infecunda. É preciso sabermos ter memória!”³⁸

A sigla do título apareceu no 11º e último evento de **Saber Continuar**, e foi considerada “instituição fantasma” por um aluno do Curso de Estudos Africanos, sem comparar com outras organizações pré-existentes baseadas na língua tais como SEGIB, OIF e CoN, a que o título alude em latim – até porque há 20 anos que ocorrem reuniões ditas de “Três Espaços Linguísticos”, gentilmente guiadas pela OIF posto que espanhol e português sejam tidas por “mutuamente inteligíveis” de maneira que a ibero-américa inclui a península europeia do mesmo nome. Como o fascinante Canadá é membro de OIF e CoN (onde não se sonha ver os EUA), somam “167 Estados, governos e territórios...61% da população mundial” e no espírito do quadro 1 acima “15 países membros do G20”. Ou seja, a relevância do apelo de 2017 relativamente aos TEL aumentaria se se valorizasse a inteligibilidade mútua do espanhol com o português, língua mais falada no hemisfério sul, com 800 mil falantes comparados com 1268 milhões para o inglês, 800 milhões para espanhol e português, 276 milhões para francês (GeP, 229 nota 5 *in fine*).

³⁶ 1936, 1945, 1951, 1973, 1979 e 1982 como se ilustrou na apresentação da parte II em GeP, melhorada na belíssima edição de Casanova e Romeiras, 2021, 78 que aprofunda e alarga GeP, 227-61. O problema específico referido em SC, 106 era “como inventariar um património secular com dezenas de colecções dispersas...e reforçar a interdisciplinaridade da investigação científica tropical, abrindo o IICT à pedagogia, esteio da cooperação portuguesa e lusófona (já que) integrar o IICT numa universidade sem cultura de preservação prejudicaria o tratamento e acessibilidade do acervo patrimonial – base da integridade institucional.” Termino agradecendo à sucessora e familiares.

³⁷ Publicado na **Revista da Biblioteca Nacional**, Jul-Dez. As concepções de cultura dogmática e céptica são denunciadas em “São Francisco e a natureza como recurso epistemológico permanente” (1982, 100JBM, 65) e “Ciência Histórica e Conhecimento do Homem” (1989, 100 JBM, 1115) onde escreve “O anti-presente está na história e é condição do futuro livre” (SC, 236).

³⁸ SC, cit. 245 continua com HDP que “serve para passar da pedagogia à luta contra o pré-conceito. O mesmo se diga de **Estrangeirados: Um conceito a rever**, título que previne contra o preconceito escondido”.

Junta-se o empenho das Cimeiras Iberoamericanas na “mobilidade académica de estudantes, professores e investigadores e de talentos, tão essencial para estas mulheres, homens e jovens empreendedores e criadores, tanto do Norte quanto do Sul”, além da Nova Visão Estratégica da CPLP³⁹.

Mais, as três vagas de globalização iniciadas com a revolução industrial britânica não devem fazer esquecer a primeira, luso-espanhola, até por ter acentuado a diversidade dos espaços linguísticos do antigo *Mare Nostrum* europeu sem beliscar a durável sintonia atlântica de britânicos e portugueses.

Não podemos é ignorar o carácter global da primeira circum-navegação há 500 anos (**Imagem IV/2**, acima anunciada acerca da capa de GeP na **Imagem III/8**), por vezes confundida com uma “hispanidad” confortada não só pela união pessoal 1580-1640 como pelo belicismo durante a segunda guerra mundial.

A diferencialidade mais recente foi admiravelmente documentado nas memórias do embaixador japonês em Lisboa, lembrando-me a sensibilidade luso-japonesa (“**Da descoberta à Redescoberta Japão 1543-1993**”, 100JBM, 303 e **V.16**) onde se lê “Há uma como que estranheza comunicativa que talvez provenha do carácter intensamente global do modo de ser japonês e da tendência de escolha, por parte do português, que se não vê a alterar o seu modo de ser, como um todo”. Recomendam-se a esse respeito as memórias do Embaixador que prefaciei em Morito (2017).

Embora a opinião pública portuguesa, “de limitada expressão institucional, mas eloquente, no panfleto, na rua, no teatro, no jornal” esteja desde 1855 “vigilante aos processos de união ibérica, ultrapassados por D. Pedro V, ao casar com uma princesa alemã afastando assim o casamento espanhol que lhe era oferecido”, identifica dois outros movimentos da vida pública portuguesa que se exprimem “de uma forma veemente, em movimentos de rua, em reuniões ocasionais, em actos descontínuos mas insistentes...”

São eles:

o interesse por África

o debate clericalismo e anti-clericalismo.

Como daí decorre a necessidade de órgãos próprios de menor peso político que canalizem essa opinião, surgem SGL, SHIP e Registo Civil (“**A Opinião Pública na História de Portugal**”, 1986, 100JBM, 133). Fazia sentido homenagear o historiador nos dois primeiros, como se tentou, com 50% de sucesso!

3. Lições de *Globalização em português* Revoluções e continuidades

Se é certo que quer o substantivo inicial quer o adjectivo final sugerem o âmbito geográfico maior, “futuro e história” é menos específico do que “revoluções e continuidades”. Além disso, as continuidades deveriam ser “lusófilas sem silos” mas não necessariamente africanas, como foram anunciadas no quadro dos 150 anos do

³⁹ <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5142&M=NewsV2&PID=10872>.

aniversário do grande industrial Alfredo da Silva comemorados durante meses pela Fundação Amélia de Mello ⁴⁰.

Além disso, as continuidades deveriam ser “lusófilas sem silos” mas não necessariamente africanas. O debate e lançamento de GeP (cuja capa representa Euráfrica) ocorreu na ACL. Como o enfoque foi no continente africano, não podia esquecer o Atlântico que 22,5 milhões de escravos atravessaram de 1501 a 1867 nem esquecer Portugal, Timor e Índico. Na abertura, o Presidente da Fundação enquadrou a implantação da CUF desde os anos 1920 com abastecimento de matéria-prima a partir da Guiné e a Sociedade Geral, empresa de transporte marítimo até à consultoria multidisciplinar da Profabril constituída em 1963 com crescimento exponencial em Angola, Moçambique e Marrocos até 1975.



A Reitora da Universidade Católica Portuguesa evocou Lauren Berlant (1957-2021) para explicar a força e os limites da liberdade de expressão - como desconstruiu o sonho americano em ***Cruel Optimism***, 2011 - porquanto a globalização em português é mais um espaço de encontro da diversidade do que uma singularidade.

Quanto à CEO da ***Girl Move Academy*** em Nampula chama “intercâmbio efetivo de globalização virtuosa” ao estágio das “changemakers” nas maiores empresas portuguesas, porquanto a cultura e experiências que trazem supera a que levam, desmentindo que a globalização seja “palavra morta”!

A última das quatro revoluções vitoriosas do século passado ocorreu quando o milagre económico dos anos 1960, que nos fez passar a país industrializado, foi vítima da crise do petróleo e do cansaço em três teatros africanos de combate.

Outro aspecto relevante para GeP decorre das continuidades em Moçambique de 1900 a 2005 que parecem ignorar essas revoluções sucessivas; GeP também descreve a colaboração iniciada em 2004 entre CPLP, então presidida pelo Brasil, e o já citado Laboratório de Estado extinto pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em 2015, cuja sede no Palácio Burnay foi vandalizada na primavera de 2022 depois de anos ao

⁴⁰ O atrevimento de jungir revoluções políticas e continuidades socioeconómicas não é só meu: ao interrogar-se sobre revolução e sociedade portuguesa em 1975, o economista budista francês SC Kolm declarou aqui que “as acelerações sacudidas da história pontuam a vida dos povos como os sacramentos a dos cristãos”. Mais, ripristinei na contracapa uma estimacão dos ciclos de divergência e convergência do produto bruto português com a média europeia que só revela convergência depois de 1925 - embora tivessem ocorrido 4 revoluções vitoriosas no século passado. Ver Macedo, 2008, 201-229 e 1995, 421-438 (dados 1870-1996, p. 424). Sobre o mapa Dymaxion usado na imagens e em Macedo (2021) ver [https://en.wikipedia.org/wiki/Dymaxion_\(disambiguation\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Dymaxion_(disambiguation)) e *Nova Cidadania* nº 75, citado na nota 3 acima.

abandono. Marcada pela procura da diversidade de experiências nacionais e regionais decorrente da Declaração de Bissau (2006) referente aos Objectivos de Desenvolvimento da ONU e a rejeição de soluções de conformismo plastificado, a colaboração procurava escorar a globalização em português, e cada dia surgem novas evidências, por exemplo “A aventura moderna do português em África”, de Manuel Ferreira (1917-92) que me foi enviado por Alves da Rocha, co-organizador de GeP2.

Já a crise sanitária e ambiental resgatou várias linhas de investigação interdisciplinar anteriores que visavam explicitar o papel da ciência e da cultura para o desenvolvimento num ambiente de crise financeira. Mesmo numa visão holística do desenvolvimento, aquela explicitação não atenua o efeito determinante do ambiente de negócios, como o *slogan* anterior de **continuidades lusófilas sem silos** - até porque já se salientou que a boa governação implica uma sagaz combinação de iniciativa privada, ciência e cultura (sugerida pela referida sigla BS&C4D), que leve ao desenvolvimento sustentado como exigem os **Objectivos de Desenvolvimento Sustentável** que substituíram os ODM em 2015 aplicando-se a todos os países e exigindo uma cooperação mais eficaz. Só assim os “silos” tantas vezes mantidos por interesses instalados deixarão de ameaçar o bom governo.

Embora goste de acusar economistas de silofilia, Tett reconheceu que “silos” no saber e no fazer voltaram a propósito de escândalos na indústria automóvel alemã. Porém, declarou acreditar na colaboração médica ao contrário de Ramanna passa epidemiologistas tidos por “heróis omniscientes” a “sabichões enfiados nos seus silos”⁴¹.

4. Conclusão não esquece a governação

A primeira globalização é ignorada por ser anterior à primeira revolução industrial – tema que sempre fascinou meu pai. Amador de Tim-Tim (também de Blake e Mortimer, como sublinhou Victor Gonçalves no contributo interrogativa ao *Festschrift*) e consciente da minha educação francesa gostava de dizer “somos melhores do que os belgas mas não temos altos-fornos!” Mesmo assim, só comecei a relacionar globalização e boa governação no virar do século, em trabalhos realizados no Centro de Desenvolvimento da OCDE, visando tornar o ambiente de negócios complementar da ciência e cultura – porventura antes de tropeçar na sigla BS&C4D.

Já quanto à esperada correlação entre democracia e boa governação, torna-se mais difícil encontrá-la fora da OCDE, justificando a presunção de que os métodos de cooperação internacional só podem ser baseados na “pressão dos pares” no quadro de uma comunidade de segurança⁴². Lembre-se que revoluções industriais sucessivas começaram há quase 300 anos com a manufatura em Inglaterra, que alastrou ao norte da

⁴¹ Ver referências a Tett na nota 9 acima e a Ramanna FT, 29/6/20 (citados em GeP, 51 nota 26).

⁴² Depois de vinte anos de investigação colectiva iniciada com “How globalisation improves governance”, o número especial do *Journal of International Economics and Economic Policy* dedicado à pandemia publicou “Globalization, Freedoms and Economic Convergence: An empirical exploration of a trivariate relationship using a large panel” – onde se ilustra o efeito da comunidade de segurança da OCDE que decorre da sensibilidade económica mútua dos países membros apontada pelo saudoso Cooper, Macedo et al 2021, 26.

Europa e aos EUA, seguida pela química industrial na segunda metade do século XIX, quando também ocorreu na Alemanha e Japão.

100 anos depois, a revolução digital permitiu um progresso que a grande crise financeira exacerbou, já neste século. A indústria 4.0, celebrada em Davos há quase dez anos, passou a mundo em que a inteligência artificial junta “ciência, tecnologia e sociedade”⁴³.

Nesse contexto, a CPLP poderia ter facilitado um acordo europeu para o MERCOSUL, não tanto para convencer Portugal mas para dar ao Brasil um veículo mais eficiente porquanto envolvia os países africanos e Timor-Leste. A tal perspectiva lusófona sobre a parceria global para o desenvolvimento chamou-se acima “lusofonia global”⁴⁴ mas não há necessidade de lembrar a antiquíssima Lusitânia (que remonta a 500 a.C.) quando o relevante é o uso actual da língua portuguesa.

O encerramento das comemorações na SHIP lembra **Fernando Pessoa: Tempo e História** (1990 SC 237), a dignidade atribuída ao passado eleva o presente. Aquilo a que Fernando Pessoa chama a Hora. Este conceito de “hora” é-lhe fundamental, tanto na poética como na estética, como também no esoterismo...Deste modo, coloca ao português a área da esperança, não no domínio de uma história bem-sucedida ou dos feitos históricos que ela comporta, mas no campo de considerar o modo português de ser como rico de diversidade, autenticidade, pureza e universalidade realizada...Escolhia, para justificar a indispensabilidade da história na cultura portuguesa a atribuição de uma finalidade ao homem português. E se a colocava na área profética, caber-nos-á a nós, certamente, dar-lhe um conteúdo imediato. Mas do diagnóstico de Fernando Pessoa não podemos fugir: o português, a história de Portugal precisam de futuro. Passado é certo que teve e não foi bruma.

Sem esquecer que “Pode ser-se estrangeirado, ao mesmo tempo que medíocre e nunca se ter saído do país!” (**Estrangeirados, Um Conceito a Rever** 1973, 1978 2ª ed SC, 246), adverte em **A Biblioteca Nacional e o Desafio da Cultura Portuguesa: Uma Evocação, Uma Razão, Um Projecto** (1989 SC, 245): “Contudo a memória e o melhoramento da sua selecção são também, em grande medida, uma responsabilidade social. Se é ilícito – imoral – suprimir a memória, não o é menos sujeitá-la a limitações que a tornam infecunda. É preciso sabermos ter memória!”.

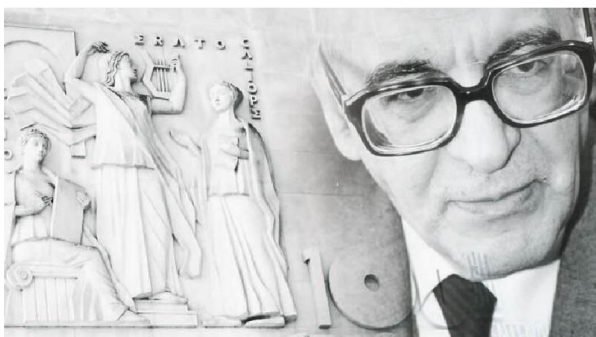
O melhor exemplo virá em **Os Lusíadas e a História** (1980 SC, 247), onde se é levado a verificar que “todos estes problemas se apresentam claros, na sua dignidade, para a crítica universal, enquanto a ‘apagada e vil tristeza’ dos portugueses, a mesquinha

⁴³ Ernesto Costa, capítulo XV de Malhó, 2021. Voltando à eficiência de serviços públicos invocada em *Centesimus Annus*: a circunstância de mais um ministro ter passado para governador terá a ver com não virar a página à austeridade por causa de anos de cativações que ameaçaram a resiliência da economia nacional? Abordei com outros autores a nossa governação em Macedo 2018 e 2020. Convenci-me do perigo dos neutralistas naturais para a cultura nacional!

⁴⁴ Imagem 7 e SC, 165. Ibid Ana Cannas, Conceição Casanova et al. “...transferir conhecimentos e tecnologias para os países do Sul, em particular os africanos de língua portuguesa”. (174) “A recolha de registos destas experiências de vida pode ainda contribuir para a história social da colonização em África”. (177)

mentalidade de facção, negando a própria evidência, não deixa perceber o que, no poema e no poeta, é a verdade mesma, para um Burckhardt, um Bowra, um Le Gentil, um Humboldt! Mísera sorte, estranha condição! ”(p. 14) Além de lembrar que este trecho foi primeiro publicado na revista **Resistência** em 1977⁴⁵, repare-se que autores estrangeiros como Jacob Burckhart (1818-97), Maurice Bowra (1868-1971), Pierre Le Gentil (1875-1953) e Alexander Humboldt (1769-1859) são referidos no início acrescentando no fim (p. 268), noutra ordem, Marcel Bataillon (1895-1977) e Eugenio Asencio (1902-96), mais jovens. Compreende-se que tenha dedicado a sua última aula em finais de 1991 a Camões e o seu tempo!

V Sociedade Histórica da Independência de Portugal Encerramento das comemorações



Como a mana por ocasião da homenagem da Academia Internacional da Cultura Portuguesa reproduzida em 100JBM, evoco a vida do nosso pai na linha de *saber continuar* a herança cultural recebida por tant@s discípu@s e familiares, sem esquecer sete net@s e quatro bisnet@s. Volto a lembrar os

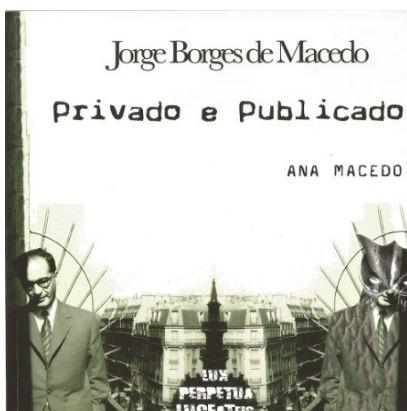
choques da morte do pai aos trinta, mãe aos cinquenta e mulher e filha mais nova aos sessenta . Além disso, a mais recente iniciativa da Faculdade de Letras onde entrou em 1939, se licenciou em 1944 e viria a lecionar de 1958 até à jubilação ocorreu na biblioteca onde era leitor assíduo e onde sua nora iria passar anos 1980 definidores. Como bem sublinhou MRTB, que seguiu por video, o pai teve uma nova vida com a nossa madrastra (e ganhamos um irmanastro embaixador). Saúdo ainda a presidente da APH, recordo palavras que lá proferi sobre Serrão e Macedo, lisboeta de origem nortenha menos galicano do que o ribatejano conimbricense, sem prejuízo de decorrências de política interna relativas ao “marcelismo”. Como nos outros eventos comemorativos, puxo a brasa à “globalização em português” e “lusofonia global”, ingredientes da CPLP. SHIP (que incorpora alguns dos oradores comprometidos com o evento cancelado) não podia ser exceção até porque era permanente o interesse do homenageado pelos “problemas atuais das relações de Portugal com os novos Estados africanos de expressão portuguesa”. Assim conseguiu “ilustrar uma hábil negociação internacional no meio da indiferença ou da crítica da opinião pública nacional” na conferência de Berlim, esperando “dissipar ideias feitas” como se explicitou p.10 acima. Acresce que José Braz, que veio do FMI para primeiro director geral da ELO e foi para o Tesouro em 1991, comentou um prefácio sobre o “factor português” ao livro de Freire Antunes sobre cem anos de “factor africano” desde o ultimato. Como na *Affiche Rouge* foi “à la fin février” que saiu Martins (2021) com a **Imagem IV/1** (colagem do retrato com gravuras de Almada Negreiros incisas na fachada

⁴⁵ Está datado de 1900 na nota da p. 259 *ibid.* e refere-se a citação do texto à p. 18 em vez de p 14. Ver n34.

da Faculdade de Letras). Para o historiador, pensar o seu lugar no mundo é “dever primeiro de todas as nações que querem permanecer independentes”.



Seguiu-se uma série de artigos no *Público*, devidos à iniciativa de antigos alunos, nomeadamente AL ALF e AC Matos, este organizador nato que a Antena 2 entrevistou em 3 de Março marcando o dia dos 100 anos. Aquela que me incumbiria de encerrar esta última iniciativa numa sala com tantas recordações familiares as três outras, já citadas: em 17 de Março, sessão presidida pela Presidente Manuela Mendonça, na qual falaram



antigos alunos, Margarida Garcez, o próprio Álvaro e MRTB; em 13 de Maio, sessão da ACL presidida por JLC, então vice-presidente da classe, e falaram SCM, MRTB e ALF. Depois de ler umas palavras enviadas do Porto pelo confrade Luís Oliveira Ramos, encerrei com um texto em *Nova Cidadania*, 74 que inspirou a galeria adiante; em 27 de Outubro, na BNP, ciclo “Caminhos da Historiografia I” de um CHFLUL, presente em peso.

Sem prejuízo da intensidade das imagens e da alusão ao **Requiem** na capa (“Lux perpetua luceat eis”), escolho evocar a apresentação, que julgo inédita, de

Privado e Publicado, 2010 pelo legatário José Brissos: «Foi neste contexto que a complacência das esferas dirigentes da oposição, face à invasão da Hungria pelas tropas soviéticas (1956), deu lugar à retirada definitiva de Jorge Borges de Macedo das hostes da resistência ao regime saído do movimento de 28 de Maio de 1926./ Todo este processo de militância política, com os seus compromissos e ambiguidades, iria criar uma controvérsia sobre as opções políticas iniciais do nosso homenageado e sua evolução. Mantinha-se ainda por ocasião da sua morte. Na verdade era o mesmo confronto por outros caminhos. Fazer antecipadamente a crítica do marxismo e sua expressão política totalitária era um acto de honestidade intelectual e política. Era ainda muito cedo. Os ortodoxos nunca perdoaram tal ousadia./ De qualquer modo, deve notar-se que Jorge Borges de Macedo manteve sempre a sua independência em relação ao Estado Novo. Reconhecia o valor político de Salazar, as suas qualidades de estadista e apreciou a sua ditadura financeira. Todavia nunca deixou de ter reservas face ao salazarismo. Como tantos outros, sustentava a necessidade de uma mudança a partir do interior do sistema, de modo a devolver ao país um nível adequado de liberdade e de participação política. Considerava imperioso reconhecer as diferentes correntes de opinião, dotando a sociedade de meios de debate e contraste selectivo de propostas. Uma opinião pública fortalecida e vigilante, permitiria ultrapassar o que designava como atonia do regime, plasmada na sua artificial estabilidade. Em rigor, Jorge Borges de Macedo exprimia uma oposição que desejava a reforma e actualização do Estado Novo. No seu caso entendia que um regime de tipo liberal não era incompatível com formas de autoridade e hierarquia responsável, indispensáveis ao funcionamento e renovação da sociedade. O seu conceito de democracia aplicável ao nosso país aparece ligado a um princípio corrector de autoridade, bem como a uma forte sensibilidade social. Não é descabido procurar aqui nexos com a doutrina social da Igreja./... Nestes termos, Jorge Borges de Macedo, apesar de alguma esperança na chamada Primavera marcelista, não deixou de considerar natural a revolução de 25 de Abril de 1974. Afinal o Estado Novo não tinha sido capaz de renovar a tempo as suas propostas e a sua elite dirigente. A evolução subsequente não deixou de envolver novos empenhamentos e tomadas de posição. Chegaram a reactivar-se polémicas antigas. A sua atitude mantinha-se, apesar das dificuldades. Como respondeu uma vez a propósito da defesa da identidade nacional: “não temos o direito de desistir”».

Remetendo para o encerramento em <https://www.youtube.com/watch?v=4LxJk856Khl> (1:31), reproduzem-se como **Imagens 2, 3 e 4** as capas de **10 anos, Privado e Publicado**, contracapa de **9 Ensaios** e badana com HDP2 entre I/ 2 e IV/ 3 além do abraço da amizade interdisciplinar na agregação de Victor S Gonçalves em 21/4/94 (**Imagem 7**), oferecida pelo antropólogo amigo do historiador, cujo *Festschrift* organizado por Joaquim Veríssimo Serrão *et al.*, 1992 iniciou com “Ler o tempo no espaço? Em torno a Geografia, História e Arqueologia” conota

Le Piège Diabolique que lemos no Jornal *Tintin* em 1960-61⁴⁶ e ilustrações de IV/3 (**Imagens 5 e 6**) nesta página⁴⁷. Poderá o autor invocar o apelo ao humanismo universal (**Imagem 8**) para que se tolere a falsa atribuição: *se non é vero, é bene trovato...*

VI. Excertos de *Obras Escolhidas*, citações, livros reeditados e homenagens para GeP2

Com quase 1500 páginas (entre um terço e metade do total publicado), 100JBM apresenta 74 obras por ordem de publicação dentro das quatro secções temáticas dominadas por história da cultura e política externa, sem prejuízo de economia e historiografia bem como do anexo sugerido por Álvaro Costa de Matos⁴⁸. Aqui enumeram-se excertos de obras que podem configurar “globalização em português” (**Imagem III/ 8**) em áreas temáticas do desenvolvimento tão diversas quanto as capturadas pela sigla BS&C4D⁴⁹. As relações entre membros da CPLP e desta com três outras organizações internacionais baseadas na língua beneficiam das “continuidades lusófilas sem silos” referidas a propósito da **Imagem III/ 6**. Sem prejuízo da estabilidade das fronteiras geográficas e outras “*Constantes da história de Portugal*” (citado na nota 1) anteriores à primeira globalização do século XV, apresentam-se textos referentes à mesma, muito anterior a “revoluções” conotadas com a manufatura inglesa ou com a república francesa que tanto marcaram o bicentenário do Brasil, os quase 50 anos dos PALOP e a independência política de Timor leste. Assim se incluem cinco contributos do 200º aniversário da revolução francesa - meses antes da queda do muro de Berlim.

Crendo que “povos vencidos são os que fogem ao combate”, resume-se primeiro um texto escrito no 400º aniversário da “batalha dos três reis”⁵⁰. Depois, por ocasião da **17ª Exposição Arte, Ciência e Cultura** do Conselho da Europa em 1983, vem a procura de formas de coincidência e de cultura entre “Descobertas e Renascimento”. O terceiro texto, de 1987, descreve a tipificação de “sentenças” pelo 1º conde de Vimioso, como formas de comunicação do século XVI em que o tema de base era a insegurança. Seguindo a ordem cronológica, que não corresponde à arrumação de 100JBM (ano, página): 4 Atlântico, Norte e Sul (1989, 441); 5 Ciência histórica e conhecimento do homem (1989, 1115); 6 Descobrimientos Portugueses (1989, 227); 7 Herança cultural portuguesa (1989, 241); 9 Luso-Tropicalismo (1989, 1143). Os textos 4 a 9 já foram identificados, 5 refere-se a Teilhard de Chardin (1881-1955) mas os títulos diferem para 6, “empreendimento cientificamente organizado”, 7 “autenticidade, precisa-se”, 8 e 9 “antropologia do

⁴⁶ Tentei sem sucesso envolvê-lo no centenário. Da minha geração, morreu este ano sem nos termos voltado a ver estando sepultado no cemitério do Alto de São João. Sobre jornal para os jovens de 7 a 77 anos recordeo https://fr.wikipedia.org/wiki/Le_Secret_de_%27Espadon, [Edgar P. Jacobs](#) e [Le Pi%C3%A8ge diabolique](#).

⁴⁷ WATCHMEN <https://pt.wikipedia.org/wiki/Watchmen>, JUMP https://pt.wikipedia.org/wiki/Kimetsu_no_Yaiba são as fontes que a autora explicitou.

⁴⁸ Respectivamente I, com 30 rubricas, II (26), III (11 incluindo também política e sociedade), IV (10). Agradece-se o esforço para uma 3ª edição visível da rubrica 75 em 100JBM, p. VII, nota 1, depois de *Jornais, Jornalistas e Jornalismo - Séculos XIX e XX*, 2011

⁴⁹ Como radicaram na primeira globalização, do “novo reino” ao “lusotropicalismo”, também poderiam chamar-se futuro e história da “lusofonia global” (Rodrigues, 2008 e Imagem III/ 7).

⁵⁰ O nº 9 do Capítulo III de HDP2,148-54 é o único título com uma só palavra entre 74 números., por coincidência tantos quantos os artigos selecionados em 100JBM. No verão de 1972 visitei com Luiza um descampado inesquecível perto de Ksar el-Kebir – até porque, aos 450 anos, a guerra regressava à Europa!

português de Camões a Gilberto Freire (1900-87)”. Segue-se em 10 (1991, 265) o médico sefardita Garcia da Orta (1501-68)⁵¹, 11 (1996, 367) Ironia da Alegoria à Prudência acerca da primeira presidência portuguesa da Comunidade Europeia, 12 (1996, 291) o exemplo iniciado na Índia que permite o título sibilino “Exportação do Estado e Velho do Restelo”. Também são anotados o hipotético “colonialismo informal” decorrente do tratado de Methuen em 13 (1989, 455), revoluções e continuidades em 14, escrito já depois da queda do muro de Berlim (1990, 825). Aborda-se ainda sensibilidade luso-japonesa em 16 (1993, 303), laicismo em 17 (1993, 293) e evangelização em 18 (1993, 321). Por fim, enaltecer os Rotários de Coimbra como defensores da cultura nacional contra o “Portugal ocasião” em 19 (1995, 353).

Decorre destes textos a “confiança na língua e no seu uso” relativamente a inglês, francês e mesmo espanhol. Porém, a despeito de sucessos na diplomacia científica decorrente da criação em 1883 da Comissão de Cartografia (futuro IICT) com vista à conferência de Berlim, a instabilidade política, real ou imaginada, prejudica as “continuidades lusófilas sem silos” que decorrem de Tett (2015) e da abordagem BS&C4D.

Os 17 extratos seguintes limitam-se a abrir o apetite para a leitura dum difícil escolha de obras escolhidas; os 2 últimos, adiante reproduzidos com os números 11 e 12, debicam Europa e lusofonia.

1. Povos vencidos são os que fogem ao combate

Intitulado simplesmente “Alcácer-Quibir”, mostra em 6 páginas a centralidade diplomática da batalha, ao passo que os dois parágrafos retirados do artigo original de *Resistência* (publicado de novo em 2009) atendem à dimensão cultural (SC, 249-50). Convém citar o início e o fim do texto publicado no 4º centenário, dedicado à memória do colega e amigo Mário de Albuquerque (1898-1975, pai do confrade Martim, que precedeu o meu na Torre do Tombo): “Poucos acontecimentos da história de Portugal haverá mais carregados de interpretações acusadoras, de louvor, ou de absolvição, lamento ou censura” (381); “É evidente que este facto – que mergulha profundamente na justificação política do poder no século XVI ‘um fraco rei faz fraca a forte gente’ – nada tem a ver com a capacidade militar ou até política de D. Sebastião.” (SC 249, nota 28). “Importa analisar Portugal daquela época, não na ânsia de o ver como um País decadente, mas como um Estado vivo e responsável.” (383 *in fine*) e pergunta: “podia D. Sebastião iludir ou adiar a campanha de África? Era a sua urgência produto de uma absorvente e anómala preocupação africana? Ou tinha outra dimensão?” (384). Responde que o afastamento do turco de Marrocos, como já tinha sido visto em Lepanto, era uma condição de sobrevivência para Portugal e Espanha.

A batalha de Alcácer-Quibir, embora fosse uma derrota, deu a medida, pela violência da luta e pela determinação da resistência revelada pelos portugueses e marroquinos, adversários dos turcos, das extraordinárias dificuldades que os imperiais (i.e. turcos) encontrariam para alcançar e manter o domínio daquela zona. Os custos revelaram-se-lhe elevadíssimos. Foram forçados a desistir...depois da batalha, a questão

⁵¹ Sua estátua orna o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (vizinho do Palácio Burnay, antiga sede do IICT que o Ministério da tutela abandonou em 2015.

turca não se renovou e as forças portuguesas não perderam qualquer cidade naquela área” (386 *passim*). “D. Sebastião teve de enfrentar também o prosseguimento dos ataques franceses ao Brasil, e as tentativas inglesas de negociar directamente com Marrocos...Era essencial que a área do Atlântico onde todas essas rotas confluíam, continuasse a pertencer, nas suas ilhas e portos, só a portugueses e espanhóis (387 *passim*). O vigor do argumento revela-se na circunstância de, apesar da derrota, a figura de D. Sebastião ter atravessado impoluta a história de Portugal. Isto até que “uma campanha estúpida, conduzida por abstencionistas, sobretudo no século XX pretendeu destruir o significado e o alcance da sua morte dando-a como um acto impensado, insuficiente ou desnecessário”. Termina na meditação que “povos vencidos não são os que travam batalhas e as perdem, mas os que fogem ao combate, sem deixarem de se entregar ao inimigo” (392). Arrepiam ponderar “o significado contemporâneo” quando a agressão russa à Ucrânia criou um teatro de guerra aberta na Europa como não se via desde a segunda guerra mundial...

2. Descobertas e Renascimento

Conscientes da herança histórica e antropológica comum, bem pode o mapa *Dymaxion* alargar a distância entre Angola e Brasil relativamente à massa terrestre euroasiática! Deve porém reconhecer-se que o “processo do encontro insofismável de culturas diferentes por intermédio dos portugueses do século XVI” se verificou entre o Oriente e a Europa, como evocado na marcante *17ª Exposição Arte, Ciência e Cultura*, na qual o núcleo promovido pelo Conselho da Europa procurava formas de coincidência e de cultura entre Descobertas e Renascimento: “Resistir à hegemonia de uma língua imperial, conservando e melhorando o uso selecionado da língua própria é um sintoma de maturidade, Camões é a expressão dessa vitalidade da cultura portuguesa, quando explorada nos seus recursos mais íntimos, sem deixar de promover os objectivos já conseguidos”, até porque “quase toda a obra lírica de Camões estava só manuscrita ...quando *Os Lusíadas* foram publicados - numa edição pobre e decerto barata.” (90).

3. Sentenças de Vimioso e mentalidade portuguesa no século XVI

Nova fonte para esclarecer a mentalidade portuguesa associada aos descobrimentos são as 40 páginas sobre D. Francisco de Portugal, 1º Conde de Vimioso, publicadas em 1987 numa defunta revista do Instituto Camões: tendo como tema de base a insegurança (143) configuram “Uma Ideologia de Cortesão”. Isto porque não bastava estudar a mentalidade portuguesa “através de coerências verosímeis reconstituídas para outras culturas, com conteúdos que - evidentemente - lhe são próximas mas que fogem ao nosso contexto característico e criador, mescla complexa de fatores de toda a ordem, feita para responder às efetivas questões do nosso contemporâneo específico”. Na maior parte desses casos, Portugal é “um País em processo imperial, fanático e absolutista” cujos reis se apoiam numa nobreza que vive de guerra ou do trabalho servil, justificados “por um clero que não tinha outra função, além dessa e de com ela também beneficiar”, aceitando “uma inevitável burguesia nacional, umas vezes, colaborante, outras hostil ou vigiada, na sua mentalidade divergente, cristalizada no judaísmo ou no criptojudaísmo”.

Os acontecimentos decorrem “neste esquema político, religioso e militar, onde a única tónica” é a persistente tirania, capricho e fanatismo com sucessos ocasionais, europeus ou peninsulares. “A partir daí, não se investiga; deduz-se./ Noutra perspetiva complementar, o homem português quinhentista seria o servidor obediente de uma ideia, o fidalgo, o executor das vistas da realeza, beneficiário desacomodado, sem outra voz política que não fosse a do rei, sem preocupações que não fossem as áulicas e as da linhagem: a religião oscilava, sem drama vivencial, entre o congeminar dos dogmas e a perseguição ao herege, enquanto a cultura era, essencialmente uma luta entre os defensores do Império e os duvidosos, também quase sempre tocados de judaísmo. O povo não passaria de um mero aglomerado de gente de expressão menor, cujo inconformismo era aplanado pelo medo, pela falta de consciência nacional ou pela subserviência cultivada, de novo, pelo fanatismo e pela ignorância. A este poderoso introito segue-se uma rajada de perguntas, da 1ª “será assim?” à 12ª: terá “o conceito de experiência uma dimensão epistemológica e sistemática, separada do mundo político, militar, diplomático e humano, tendo, tão-somente ou sobretudo, um conteúdo filosófico e científico?”⁵² Responde evocando “a impressionante narrativa de Zurara ou a relação de Diogo Gomes acerca das gentes africanas” para “dizer que estamos perante uma verdadeira proposta de cultura, cujo processo de maturação constitui um modo particular de ver a mensagem europeia de observação do real e que outras culturas da mesma raiz exploram noutras perspetivas.” E assim motiva um “esquema antropológico integrado”, assente em 246 sentenças⁵³ “consideradas tão expressivas e recebidas de modo tal que se tornaram famosas”: nas preocupações do homem responsável português do princípio do século XVI “não está fixada qualquer observação concreta e direta do mundo exterior, como representação, nem regras para ela...Desse modo, o acesso ao Poder é o menos importante, e pode estar garantido por regras. Mas esse facto não deixa de salientar as vantagens da prudência e cautela para que o seu exercício possa ser menos perigoso para todos” - eventual ponto de partida do maquiavelismo: o bem e o mal aparecem “menos na definição abstrata do que na referência ao bom e ao mau, em concreto, real, plausível, que as sentenças abordam com um saber de «experiência» feito, ligada ao mundo do homem, não da natureza. “Aí se encontram as definições práticas desta antropologia, simultaneamente, normativa e vivencial, espécie de ideal socrático-cristão”. Aliás, o termo “entendimento” (cujo conteúdo global está presente na “mercadoria espiritual” de João de Barros, 1532)

⁵² Além do comentário de Duarte Pacheco Pereira e da ampla expressão concreta e irrepitível de Camões, “o peso e significado da perspectiva empírico-representativa na cultura portuguesa do século XVI”, menciona *À la recherche de la spécificité de la Renaissance Portugaise – L’Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira et *la Littérature Portugaise de voyages à L’époque des grands découvertes – contribution à l’étude des origines de la pensée moderne*, Paris, 1983 além de vários estudos de Joaquim Barradas de Carvalho (1920-80, filho de Lobélia Garcia Godinho Braga, prima do meu avô materno).

⁵³ Segundo Damião de Goes, comentou a Vasco da Gama que teriam sido os indianos a nos descobrir, ao conhecer as razões de troca entre importações da Índia e «o que queriam de cá a troco delas».

“tinha melhores condições para essa junção que a mentalidade deste período considerava como a solução que permitia embeber a razão de vontade e esta de razão”. Esta presença da fortuna acrescentava-se a uma complexa situação, para compreender e enfrentar a qual não bastavam normas reguladoras. Tornava-se indispensável estudar a realidade que se impunha ao homem diverso e ocasional para o qual se tinha começado a aplicar a receita dos preceitos voltados pela experiência vivida e não qualificável...Com a história acautelava-se a regra que se concretizava em ocorrências. Era o seu suplemento natural” (161).

4 Atlântico, Norte e Sul

Partindo de uma conferência nas Furnas, no Outono de 1986, *O Atlântico Norte e os Desafios do Sul* publicado pelo Instituto Superior Naval de Guerra em 1989, foi **revisto e** inserido na coletânea *Portugal – Europa para além da circunstância*, 1988. A hegemonia britânica no Atlântico aumentou “depois da independência dos Estados Unidos, em 1783” para garantir as “rotas e o acesso à Índia”, o que teve implicações nas duas margens onde “continuam a somar-se os fracassos industriais, o conseqüente desemprego, agravado pelas lutas entre estruturas sociais diversas, mal ajustadas aos novos problemas e ideologias que se tomaram deliberadamente antagónicas entre si, face às ideologias que importaram, continuam as distribuições erradas de riqueza, a receber instituições mal adequadas, regimes permissivos ou totalitários injustos, formas de governo que revelam uma brutalidade e uma ausência de escrúpulos que, nessa medida, deixou de existir – não sabemos por quanto tempo – no mundo ocidental. Essa transferência de tensões merece, evidentemente, estudo atento, pois é da sua solução que dependerá o futuro do homem. De todos os homens.” De novo, numa altura em que a Europa voltou a estar ameaçada a leste, o seu extremo ocidental não pode estar seguro a Norte nem a Sul (infra nº 6 *in fine*).

5 Ciência histórica e conhecimento do homem

A citação “O antipresente está na história e é a condição do futuro livre” (1139) é explicada assim: “O passado não passaria de um prolongamento das razões do presente. E o mesmo seria o “futuro”./ Quando assim é – ou assim se aplica – a história, como ciência, deixa de existir. Passa a ideologia, ou seja, a um mecanismo de confirmação dos seus dominadores, que se apresentam como a consequência única do passado. Deste modo, a sua vontade de poder *documenta-se* como irreversível”. (id). Quando a história passa a ideologia, “a ciência do homem identifica-se com uma espécie de ‘física’ social e os factos históricos são meros casos de leis, ainda que, por enquanto, mal percebidas. Na perspectiva do determinismo doutrinário, são, contudo, já conhecidas com suficiente rigor para poder justificar a repressão dos contrários. Aqui começa o drama da sua ‘aplicação’ social e política. Cultura, ainda que seja um estado de espírito, é, tão-só, uma das formas de conquista ou conservação do poder”. E continua: “Nesta perspectiva, a história só servirá para dar conhecimento da anterioridade das sequências e fornecer ordem que integra o homem no seu determinismo inalterável; o homem torna-se unidimensional como disse Marcuse. Estamos perante uma anti-história, base essencial, no seu dogma da

irreversibilidade, para a ideologia das tiranias.” (id) Voltando ao início do texto: “se podemos dizer que o homem é um mistério, não o podemos considerar um absurdo, ou um acaso, outra forma de dizer o mesmo. Nestes termos, perante o debate da sua existência, como justificação, o modo do aparecimento do homem na natureza, torna-se uma questão, em grande medida, secundária, como muito bem o viu Teilhard de Chardin” (id). “A esperança de verdade é mais importante do que esta” (1117)...“o homem é um ser que se supera quando debate, compara e decide. O sentido em que o faz e o valor que pode alcançar aperfeiçoa-se tanto pela esperança como pela lembrança; esta última só pode ser plenamente aproveitada pela História”. “Com efeito, se a consciência fosse um mero testemunho, como a descreveram Freud e depois Jean Paul Sartre, com mais espectáculo não se teria visto crescer a sua importância como tem sucedido. Ter-se-ia atrofiado” (id *in fine*). “Deliberação consciente e alternativa, mas seguida ou acompanhada de uma consequência necessária - como quer Sartre - não tem sentido. Consciência, na sua dimensão complexa, implica liberdade” (1118). “O presente e a sua justificação não é uma tarefa para a história como ciência. Se o objectivo da história fosse esse, colocava-se no plano da ideologia e deixava de ser um elemento essencial à compreensão do homem” (1129 *in fine*) “um fraco rei faz fraca a forte gente”. A partir da mentalidade e das propostas de vida que implica, cada presente tem a sua ordem, as suas premissas, um modo de aproveitar os mesmos recursos. Em virtude da mentalidade, as mesmas propostas não envolvem igual resposta (1132-3). Só um historiador – que investiga o tempo como fenómeno humano – o pode realizar quer porque reconstitui o passado quer porque sabe comunicá-lo como fenómeno de cultura (1133). “E quando a complexidade do homem, como só presente, se revela limitada para resolver a problemática das diferentes ciências que o estudam - sociologia, antropologia, psicologia, ciência económica, política, etc. - logo nos apercebemos que a atitude mental da anterioridade é indispensável” (1135). Ontológica ou experimentalmente, o tempo é a dimensão característica do homem, uma vez que é pela consciência que ele se manifesta. (id). O conhecimento e a crítica do tempo vai permitir determinar um sentido para os acontecimentos (1136). Conhecimento do homem e ciência histórica: ligação indissolúvel e permanente. Para isso, a ciência histórica não vai intervir no sentido de indicar a finalidade do homem, acto de consciência, criado em cada momento. Mas vai permitir que o homem seja percebido, em complexidade e esperança: ao facultar o conhecimento das situações que ultrapassou e dos riscos iminentes que sempre conseguiu vencer, adverte-o quanto ao risco da facilidade, não para o desiludir quanto à possibilidade de o alcançar, mas para o advertir que o caminho nunca será fácil (1142).

6 Empreendimento Cientificamente Organizado

O contributo para *História Universal*, 1989 (reeditada em 1994 pela Lexicultura) intitulado *Descobrimientos Portugueses Comunicação Europeia, Presença Portuguesa*: “tanto na Europa, de onde partiram, como nos povos que foram descobertos e onde chegavam. No aspeto do desenvolvimento europeu, os Descobrimientos estão intimamente ligados ao espaço de importância da Europa Atlântica, face à Europa

Mediterrânea. O mar do Norte e o mar Báltico aumentaram extraordinariamente de importância com o desenvolvimento da navegação atlântica.” (228) “Pertence aos Portugueses a glória de terem reafirmado, no século XV, face aos novos humanos que apareceram, o princípio da sua absoluta humanidade, tal como vem expressa nos Evangelhos. Por fim, com os Descobrimientos, veio a verificar-se que todos os conhecimentos tradicionais sobre o mundo, a geografia, a astronomia, a medicina, a botânica, a zoologia, a interpretação da realidade tinham de ser revistos. Todas as ciências, a partir dos Descobrimientos, tiveram de se orientar no sentido de integrar todos esses dados em novas interpretações, já que as anteriores tinham deixado de ser suficientes.” (229) No reinado de D. João I (1385-1433) ficam “marcados os três sentidos em que se realiza a expansão portuguesa: o sentido militar e diplomático, em Marrocos; o sentido colonizador com as ilhas do Atlântico; o sentido comercial com a descoberta e exploração da costa de África”. “Quando o Infante D. Henrique morreu, em 1460, estava descoberta a costa de África até à Serra Leoa, estava feito o povoamento e a colonização da Madeira e dos Açores, além de Portugal se poder considerar solidamente instalado no Norte de África. O papado tinha reconhecido o direito dos Portugueses às novas terras descobertas, e o País começava a receber riquezas oriundas daquelas áreas” (231). “D. João II sabia que as ilhas que Colombo tinha descoberto não eram a Índia. Mas, para assegurar o domínio da verdadeira rota da Índia, negociou imediatamente com os Reis Católicos um tratado que estabelecia a divisão do mundo marítimo por Portugal e Espanha, através do meridiano que passava a 370 léguas a oeste de Cabo Verde: o hemisfério ocidental ficava para a Espanha e o oriental (que abrangia a África e a Índia, assim como o Brasil) para Portugal. Foi este o célebre Tratado de Tordesilhas (1494) reconhecido pelo Papado. Três anos depois, em 9 de Julho de 1497, Vasco da Gama partia de Belém para a descoberta do caminho marítimo para a Índia, que pôs a Índia em contacto directo com o Ocidente./ Portugal e com ele a Europa chegavam ao Oriente pelos seus próprios meios.” (233-4).

Os portugueses “promoveram, no seu tempo, aquilo a que hoje chamamos um empreendimento cientificamente organizado. E fizeram-no ao longo de cinquenta anos que culminaram na viagem de Bartolomeu Dias e na passagem do cabo da Boa Esperança. De tudo isso se aproveitou também Cristóvão Colombo que, antes de embarcar em navios espanhóis, conviveu regular e profundamente com os Portugueses. O oceano Atlântico passou a existir como área essencial à Europa”. Com a chegada de Fernão de Magalhães às Filipinas, “a entrada no Índico e a passagem para o Atlântico, fazia-se a primeira viagem de circum-navegação da história da humanidade. O mundo tornava-se conhecido em superfície” (235). Para o conhecer em profundidade, faltava a concepção de espaço estratégico, aplicada por Afonso de Albuquerque ao oceano Índico, mas não compreendida na corte de Lisboa focada na posse de Calecute. “Só ao fim de muitos anos de lutas e esforços é que se tornou o «ponto assente» da estratégia portuguesa no Oriente que foi durante quase um século. Dela resultou a exploração pormenorizada do Índico e das regiões que o compunham e marginavam. Seguiu-se a passagem para o Extremo Oriente,

para todo o Sueste Asiático, China e Japão, num processo que já pertence a outra dinâmica. Também em grande parte portuguesa, desenvolveu-se a partir do segundo quartel do século XVI...O mundo observado era, afinal, muito mais amplo do que aquele que os Gregos e Romanos tinham conhecido e imaginado. Portanto, o Renascimento podia, decerto, admirar os clássicos mas não deixou de os sujeitar às restrições que as novas descobertas traziam para as formulações da cultura clássica. Envolviam assim uma mensagem cultural crítica que, verdadeiramente, a renovava” (235-6). “O Atlântico Norte só começará a «interessar» face às lutas políticas e religiosas europeias que levaram para aquelas paragens comunidades do mundo ocidental oriundas da Inglaterra e da Holanda: os seus motivos, de vida e de deslocação para o Novo Mundo eram completamente diferentes dos que levaram os Espanhóis para a América Central e do Sul, assim, como os Portugueses para o Brasil” (237). “Desse modo, os Portugueses conseguiram sempre impedir que outro qualquer Estado ocidental ali instalasse possessões suas, tendo derrotado várias tentativas francesas no século XVI e holandesas no século XVII. / Nascia assim do outro lado do Atlântico outro mundo: a outra face do mundo ocidental” (238). De novo, a guerra na Ucrânia ameaça todo o extremo ocidental europeu (nº 4 *in fine*).

7. Autenticidade, precisa-se

Que o evidente interesse nos “mares nunca dantes navegados” não levou o autor a usar “globalização” em sentido geográfico nem linguístico decorre de dois textos de 1989. O primeiro define ***Herança cultural portuguesa O complexo da cultura contemporânea*** (citado acima p. 12 nota 22) como “os componentes substantiváveis” da mesma, sendo que a cultura portuguesa “prefere os conceitos complexos e de conciliação, mais a globalização do que a análise”. Daí lembra que “em qualquer momento de uma cultura, tem um enorme poder, por um lado, a vivência contemporânea das respostas e, por outro, a situação problemática em que se encontra a comunidade, mesmo com história. Em ambas as exigências é necessário responder sempre com eficácia e exprimir-se com autenticidade. É dentro dessas duas exigências, ambas existenciais, que se acrescenta não só a consciência da herança recebida como o cálculo da sua utilidade para essa vivência e poder de resposta. Quer dizer, a herança cultural tem duas componentes: uma que é a expressão da memória coletiva, das suas criações que continuam a ser procuradas por ela; outra é a decisão de se aprofundar a cultura que é contemporânea, nesse mesmo sentido historicamente definido. É preciso ter presente que, ao conjunto adquirido de cultura e que se chamará histórico, importa acrescentar a capacidade alternativa e a força de pressão das propostas das outras culturas contemporâneas” (241-2). Ainda que contidas, as tónicas afetivas “são dominantes na cultura portuguesa, desde as cantigas de amigo àquilo a que podemos chamar a teorização dos graus de afeto, em Fernando Pessoa ou José Régio, ou à dimensão do «outro», a partir não da inteligência, do saber ou do poder, mas das ligações afetivas, em todos os seus cambiantes, como o disse Teixeira de Pascoais. Ao lado das manifestações literárias desta ordem desenvolvem-se, no mesmo sentido, a preocupação com as realidades práticas da sobrevivência – material e religiosa –, formas sociais de promoção, com especial atenção ainda para as condições políticas

que lhe garantem a diferencialidade política que a cultura portuguesa sempre tem concebido como essencial” (243, o conceito já acima referido também se usa em GeP2, 107, 131 e 141 e nota 93). “A teoria da história portuguesa triunfalista tem omitido muitas dessas exigências que, à medida que evoluíam as sociedades europeias, se tornava cada vez mais necessário de estudar e apontar, de forma a conhecer o modo como a sociedade portuguesa e a sua cultura têm funcionado, face ao erro e ao modo equívoco como o corrigiam” (248).

8. A antropologia do português de Camões a Freire desdobra-se nos números 9 e 10. Já a propósito das **Formas e Premissas do Pensamento Luso-Brasileiro do Século XVIII** aventara: “Gilberto Freire mostrou-nos, na sua argúcia de sociólogo, que o histórico mergulha fundo na vivência corrente do brasileiro, insere-se em formas consagradas e entregues ao sentir corrente do povo, como entre os portugueses sucede. A presença da história em Portugal e no Brasil não é o sinal para a cultura de escol. É um sinal de vida nacional intrínseca que o historiador ou erudito só aprimora e aprofunda. Pertence também ao subconsciente colectivo dos dois povos” (100JBM, 1981, 62).

9. O texto seguinte chama àquela antropologia «teoria do português», formalizada desde Camões, com a sua interpretação dos portugueses «exemplarmente pequenos». Quanto à **Metodologia, Prática e Resultados** do Luso-Tropicalismo (citado em GeP, 131, 165) entendido como herança cultural, visa “compreender, na situação concreta, o sucesso português na adaptação, com recursos escassos, ao mundo tropical. Para isso, salientou Gilberto Freire a capacidade praticada pelo Português na conciliação, observação e ajustamento ao meio, a percepção maleável dos princípios, sem perigo de se tornarem relativos, a percepção das consequências possíveis, sem obrigação de lhes obedecer, ao lado do esforço para criar e viver uma concepção de vida coerente e solidária, garantindo a coesão do meio humano e a sua sobrevivência com um todo”. Em contraponto da «pequenez», salienta “a capacidade para escolher lugares de cidades e de portos, quase sempre bem-sucedidos e que perduram como a expressão da melhor escolha, desde São Paulo do Brasil a São Paulo de Luanda, desde o Rio de Janeiro a Moçâmedes, desde a Baía a Lourenço Marques (hoje Maputo), na escolha de Goa para a capital do Estado da Índia”. (id, 249 *in fine* e adiante p. 39).

A actual capacidade funcional de criar situações que escapam ao espaço político cuja administração nos pertence é muito maior. Por isso, a vontade política alicerçada na confiança que lhe é dada por quase mil anos de autonomia bem-sucedida “precisa de um cálculo lúcido do nosso tempo, um poder de integração dos novos dados na herança cultural já adquirida” – além do “aproveitamento da nossa capacidade de integração e escolha, no sentido da captação profunda tanto da nossa experiência cultural, isto é, da nossa própria herança, como da meditação sobre a matriz a que pertencemos e de cuja transferência para nossa dimensão somos responsáveis.” Alargando aquela capacidade, reforçaremos a “nossa estratégia nacional e pacífica, captando outras experiências e novos recursos, que nos não desmentem” visto que a nossa herança cultural pode “captar e trazer à nossa dimensão os novos recursos da matriz comum. Do mesmo modo, pelo seu

carácter, simultaneamente particular e universalista, a nossa cultura já integrada...está em condições de poder ser pensada como experiência bem sucedida de uma autoridade política que administra um espaço cultural” de existência quase milenar” (id, 251-2).

10. Espírito médico português e interdisciplinaridade

Escrito em 1991 para seu amigo do liceu Manuel Eduardo Machado Macedo (1922-2000), *Observação, Cultura Científica e Descobrimientos* usa o caso concreto de Garcia da Orta para enaltecer o “espírito médico português” e demonstrar também os seus limites nos três parágrafos finais: A audácia de querer “ver” o que está para além da realidade conhecida em termos de espaço fez os descobrimentos. Mas não foi acompanhada pela audácia de pensar o observado, no sentido de que está para além do visto com os olhos da racionalidade para chegar a outras faces do real e de conceber outras “possibilidades” disso que se vê como real (291) Se perdemos a possibilidade de aprender com os nossos equívocos, além de abandonarmos as nossas verdadeiras realizações, encobrimos as grandes qualidades da nossa gente e a sua grande contribuição que é o gosto pela observação cuidada, para darmos uma impressão de jactância que só domina alguns de nós e não decerto os mais representativos, mas existe e publicita-se! Podemos ultrapassar essas insuficiências se, para tanto, tivermos humildade e lucidez na sua interpretação, visto termos sido capazes de enfrentar o grande desafio contemporâneo. A interdisciplinaridade, elemento característico da nossa tradição cultural, tem uma expressão lídima e constante no espírito médico português, admiravelmente expresso em Garcia de Orta – que lembra a definição de Lucien Febvre (1878-1996) da história como “a ciência do homem no tempo”, envolvendo economia, psicologia, sociologia etc. sendo que “a história da medicina pode contribuir para unificar e tornar inteligível os meios de intervenção de que o homem julga dispor, em defesa de si mesmo, como ser físico e mental” (284). Acrescenta Gilberto Freire, cuja obra antecedeu o aproveitamento dos dados da medicina individual e colectiva para a análise complexa da história social, como fizera o médico Ricardo Jorge, cujos *Origem e Desenvolvimento da População do Porto*, 1887 e *Rongeurs et puces*, 1920 representam exemplos notáveis de história médico-social, para não falar dos resultados obtidos pela medicina histórica no estudo dos fenómenos epidémicos, assim como na interpretação dos dados da demografia, da história alimentar, terminando com a determinação das «doenças sociais» e do conceito de “curar”, carregado de sentido histórico. Tem por isso todo o cabimento determinar qual o papel que o saber médico representa na dialética do conhecimento bem como perguntar qual a função que ele tem desempenhado no pensamento português (285-6). Esta observação cuidada e exigente arruma, antes de mais, esse real numa perspectiva de ação. Não quer mudar, quer saber! Virá a dar decerto oportunidade a que os seus «pontos difíceis de entender» venham a ser, uma vez sabidos, pensados para outras ocasiões! Mas não o pode fazer no momento em que as exigências imediatas são de sobrevivência (291). Foi esse peso da observação, confirmada pelo «visto» mais atento que surgiu numa Europa pré-científica, que continuava a procurar a generalidade através das essências substantivas conhecidas. Foi ela que marcou o tipo da nossa presença crítica, no século

XVI, ao exigir rigor e um mínimo de enganos, nesse conhecimento do real que o melhorava na qualidade, mas não fazia mudar de objetivo teórico, os seus critérios, nem tinha mais exigências do que essa. Presença significativa. Mas científica? Não exageremos. Não há ciência sem teoria (294). Não confirmavam hipóteses. Descobriram. E o mais importante foi ter vencido o medo, o temor que «mais atormenta» na expressão de João de Barros (296; também Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVIè siècle – La religion de Rabelais*, 1947). Thomas More que, na sua *Utopia* foi, muito naturalmente buscar «um português» (o célebre Hitlodeu) para descrever uma sociedade que não precisava de lugar ou de gente «vista» para servir de matéria de comentário e de comparação. Deverá acrescentar-se que esta forma utópica de perspectivar num modelo significativo a realidade humana em desenvolvimento não suscitou qualquer interesse imediato. E o imperialismo matemático subsequente também não lhe ligou qualquer importância. Só muito mais tarde o viria a ter. / Só que não foram os portugueses quem teorizou ou mesmo aplicou em concreto esta forma de abstração (298; João Medina, *Não há utopias portuguesas*, 1978). Salienta, no domínio da deontologia profissional, a absoluta recusa de Garcia de Orta em experimentar «em humanos» através deste diálogo: «Ruano: Deste-lo já a algum vosso negro ou negra? Orta: Não porque não me conformei com a minha consciência fazê-lo» (302 nota 27).

11. Europa: Ironia da Alegoria à Prudência

Continuando nos “mares nunca dantes navegados”, invoca a “estátua bifronte” do Palácio de São Bento como “intuição sublime” da ambiguidade e consciência da necessidade de tomar posição que enformam a cultura portuguesa⁵⁴. É que ***A Sociedade Portuguesa no tempo de Camões***, sua última lição proferida em 1991, uma semana depois da assinatura do Tratado da União Europeia em Maastricht, seria publicada postumamente tal como o texto que se segue, em inglês. A nossa maneira de ser que o século XX “exprimiou de um modo rico e diversificado”, sendo pois “profundamente polémico, embora nós, em cima dos acontecimentos, nem sempre nisso tenhamos reparado. E, no entanto, isso vê-se não só na dimensão política, como na social, como ainda na que mais nos interessa relevar aqui, que é o campo da cultura”. Muitas dessas polémicas se diversificaram relativamente ao século XIX, por serem “conduzidas numa audiência mais descuidada e dispersa, ou porque a via polémica, envolvida em si mesma, se descuidou do público” e dispensou “personalidades intervenientes”. Não se pode pois entender o século XX português “sem termos presente essa dimensão, simultaneamente ambígua e bifronte da nossa personalidade colectiva que tão profundamente nos toca. E tão profundamente o faz, tão intensamente vivemos os debates e tão existencialmente vivemos essa marca do nosso tempo, que arrumamos o passado na atonia dos

⁵⁴ Esculpida por Raul Xavier (1894-1964), nascido em Macau, a alegoria à Prudência apresenta duas faces (simbolizando a necessidade de prestar atenção ao que se passa em todas as direções do espaço que nos rodeia, prevenindo, assim, a surpresa ou a traição: <https://app.parlamento.pt/visita360/pt/>.

substantivos abstratos que dissolvem os confrontos quando já não necessários em fórmulas de compromisso, em que a nossa ambiguidade se esmera.

A Europa não se enganou ao colocar-nos, nesta hora difícil do seu processo, na presidência da Comunidade Europeia.” (id, 368). Depois da fina ironia relativa ao Conselho Europeu da semana anterior, escolhe três “polémicas e ambiguidades...que tangem com o nosso tema”: “Camões como um poeta do imperialismo”, “à volta dos Descobrimentos” e “da identidade nacional...que existe porque tem a autenticidade e o vigor que lhe são dados pela generosidade da vivência e a força de uma argumentação em debate”. E esclarece: “O século XVI, como o século XV, tem sido estudado de uma forma finalista, como se o caminho marítimo para a Índia já estivesse descoberto, só faltando executá-lo, como se Marrocos fosse um divertimento ocidental, como se a Flandres fosse uma zona de comércio igual às cidades italianas, como se a Inglaterra fosse já o leão dos mares e a França estivesse formada como ficou depois da Revolução Francesa...Ora não se passou nada disso. Não era nada assim. O mundo europeu do século XV debatia-se na constituição dos Estados com que se salvou a *Respublica Christiana* da ameaça turca e do desequilíbrio de poderes com o Norte da Europa”. Ou seja, aquelas expressões são “endereço à hegemonia europeia do século XVIII ou mesmo do século XIX.” (369-70) Acrescenta que Luís de Camões é um daqueles intelectuais que, ao ter de escolher, escolhe uma ética de responsabilidade, pondo de lado a ética da convicção, nas duas alternativas que Max Weber concebe para o homem de cultura. Não ignora pois as tensões internas que existem na Europa e não esconde a consciência da fraqueza que daí resulta e a necessidade de se preparar para as mais difíceis amarguras. Opinião que é a de Garcia de Resende, Gaspar Correia, João de Barros e tantos mais.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, agravou-se sem dúvida a ambiguidade europeia relativamente à ambição de Maastricht, ao ponto de se investigar a sobrevivência do respectivo legado⁵⁵.

12. Lusofonia: Exportação do Estado e Velho do Restelo

Além do eventual legado de Maastricht durante a primeira presidência portuguesa reconhecer o mérito da presidência holandesa ter levado a presidência alemã ter proposto um tratado de Lisboa, parece oportuno passar a última secção da última lição, intitulada “Exportar o Estado” (371) para esta nova rubrica, até pela referência detalhada

⁵⁵ Por exemplo, uma tese de mestrado em Michigan pretende investigar “How are current EU challenges, including the Rule of Law crisis, undermining the objectives of the Maastricht Treaty?” Perdoe-se a minúcia europeia que neste caso traz uma mensagem de esperança nos procedimentos. Embora a conclusão das negociações do tratado tivesse ocorrido no final da presidência holandesa, a assinatura ocorreu na seguinte, que era a primeira atribuída a Portugal. Foi tão apreciado que tivessemos deferido o local de assinatura que, em 2007, a presidência alemã nos restituiu a cortesia chamando tratado de Lisboa ao documento aprovado durante a terceira presidência portuguesa, que previa a inauguração pelo Presidente brasileiro da exposição **As Plantas na Primeira Globalização** no Jardim Botânico Tropical (Ferrão, 2008). Ver GeP 17, 25 e 27 nota 39 *in fine* sobre Maastricht e 46, 255, 258, 271, 288, sobre o ex-presidente Lula.

ao “Rotary” (GeP2, 139 *in fine*): “O projeto da Índia e a sua realização constituiu um tremendo choque para a Europa. A consciência disso está manifesta no extraordinário passo do Velho do Restelo, que uma leitura míope transformou num pobre medroso e acomodaticio quando, na verdade, ele é a voz de um projeto inacabado frente a outro que se ia consumir. Continua a ser a sociedade dos homens a ter de escolher caminhos, a ter de os realizar e de assumir as conseqüências que daí resultam. Pela primeira vez, desde Roma, a Europa vai exportar Estado, vai exportar poder organizado. E fá-lo para a Índia. Conhecendo o modo de o fazer? Tendo a segurança do lugar escolhido? Contando com a experiência da transferência do poder político? Conhecendo bem os centros estratégicos e económicos do Índico? Nada disso. O relato que nos é dado em todas as fontes portuguesas sobre a Índia nada tem de triunfalista, antes pelo contrário. Revela um esforço considerável no sentido de revelar um aproveitamento inteligente das condições de negociação, por parte dos Portugueses, do uso da força sempre depois da negociação e quando esta está gorada” (371 e GeP2, 132 sobre Goa).

Relativamente à exportação do Estado, recapitula: “No plano das relações comerciais, os portugueses levam projetos para o comércio da Índia com a Europa e, perante esse mundo imenso e absorvente, percebem rapidamente a força do comércio local e a exportação para a Europa passa tão-só a ser uma parte da razão da presença portuguesa na Índia. Este facto provoca tal dinamização no comércio europeu que desencadeia uma verdadeira transformação das condições económicas europeias, provocando uma revolução dos preços e um aumento de produção agrícola radical”... “Em conclusão: a sociedade portuguesa, tal como sucedia com as sociedades europeias, era uma sociedade experimental e de experiência e erro. E *Os Lusíadas* é o cântico de uma sociedade em debate e confronto, confiante no seu valor, segura de que será capaz de vencer as suas dificuldades. Camões não era – nunca foi – o cantor de uma sociedade triunfante e irresponsável quanto aos seus deveres humanos e morais, mas precisamente do contrário. Foi porta-voz do intelectual responsável que adverte o poder de que só poderá vencer se conseguir o apoio de forças vivas portuguesas de todos os escalões – que aparecem, todas elas, no poema e se, além disso, conseguir fazer respeitar a justiça que a cada um se deve. Não me parece que quem pensa assim mereça a designação de imperialista. Merece, sim, regressar ou permanecer no plano de representante da ética da responsabilidade. Para portugueses e para todos os homens de boa vontade.” (id, 372)

A ideia de “exportar o Estado” decorre do texto anterior: “O projecto da Índia e a sua realização constituiu um tremendo choque para a Europa. A consciência disso está manifesta no extraordinário passo do Velho do Restelo, que uma leitura míope transformou num pobre medroso e acomodaticio quando, na verdade, ele é a voz de um projecto inacabado frente a outro que se ia consumir”⁵⁶. Assim, a constituição do Estado

⁵⁶ Porém, acautelou “que há, na história económica portuguesa, acontecimentos que deram origem a debates de mais ampla projecção do que este, no espectro mundial ou, tão-só, europeu” - acrescentando “a indiscutível, embora complexa e mal formulada, influência dos descobrimentos

e a consciência dela em cada momento histórico determinam a força institucional da respectiva exportação. “A ‘vontade’ de independência nunca pode ser apenas do poder mas do povo nas suas hierarquias da base aos escudeiros e alcaides dos castelos, aos membros do clero e cidadãos ou aos camponeses...Todos sabem que, se não resistirem, tornar-se-ão dependentes dos seus poderosos vizinhos...Só foi possível Portugal sobreviver devido à vontade política. E só pode ‘exportar’ o seu modelo de Estado se souber incluir a dimensão essencial da vontade política no sucesso da sua capacidade de defesa” (921-2). “A primeira ‘exportação de Estado’, embora incompleta, foi conseguida pelo Infante D. Henrique, encarregado da administração das ilhas atlânticas da Madeira e Açores – povoadas por Portugueses (1425-1445)” (923). Seguiu-se a descoberta do caminho marítimo para a Índia (1497-1498) e há notícias desde 1500 acerca da criação do Estado da Índia, evocado na primeira estância dos *Lusíadas* “entre gente remota edificaram novo reino”, sendo que novo na altura significava primeiro.

13. Colonialismo informal?

O século XIX ocupa contributos para volumes em honra de António Manuel Pinto Barbosa e António José Saraiva em 1989 e 1990. Naquele, *Diplomacia, Agricultura e Comércio Transitário: Factores Subalternizados no Estudo do Tratado de Methuen* salienta que este era visto “como a expressão de uma espécie de «colonialismo informal», aproveitando-o para, com ele, exemplificar um «caso de colonialismo»”; “Só há dependência quando uma nação ou um Estado se não pode realizar, na sua expressão própria. Não sucedeu assim, no século XVIII, em Portugal. A história económica de um pequeno estado é sempre uma administração acautelada de dependências, com vista a preservar a autonomia com significado global, como sociedade de sentido político diferenciado”; “A «dependência», quando existe, está muito mais relacionada com o papel desempenhado por Lisboa como «porto de relais», excessivamente separado do País; com a estranheza dos portugueses pelos mercados europeus, recorrendo a intermediários – ingleses, holandeses, franceses, suecos – para a ele terem acesso. Liga-se com a carência de produtos alimentares mais do que com a baixa produção de bens industriais. Mais com a necessidade geral de ouro do que uma indústria específica.”Alerta para “as formas assimétricas com que, em Portugal, se tem levado a efeito o ‘desenvolvimento’” e insiste que “não há uma caracterização clara sobre o modo como evoluíram os territórios ultramarinos portugueses nos séculos XIX e XX, pontos essenciais para a história de África e do Atlântico”. Citando Sideri (1970), entende que “haveria interesse em fazer um estudo histórico comparado” de “‘ocorrências complexas’ da história económica portuguesa” porque “o tratado tem sido invocado, com entusiasmo, para explicar o atraso industrial português e mais para os nossos dias, tem

portugueses, na sua imediata dimensão” e “o fenómeno da colonização do Brasil, a cujas características diferenciais só Gilberto Freire deu uma atenção qualificada e lúcida. Contudo, não raro, é mal entendida, nos seus mais significativos aspectos”.

agradado muito vê-lo como uma ‘aliança’ entre os ‘senhores da terra’ e os ‘ingleses’, entidades ...substantivadas para efeito da demonstração”.

14. Revoluções e continuidades

Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses Ensaio de formalização concreta, publicado em 1990 no *Festschrift Saraiva*, já resumido acima, contém como lições gerais 1. “As abstrações mal calibradas e mal definidas em relação a esta nossa experiência de mudança têm feito, por vezes, subalternizar este nosso poderoso núcleo de verificação histórico-política”. 2. “Temos de concluir que a nossa capacidade crítica, como corpo colectivo, não tem deixado persistir muito tempo, no nosso património de cultura e acção política, as propostas que têm insistido em a subalternizar”.

15. Sensibilidade luso-japonesa

Em 1993, além de ver nas relações com o Japão a “observação curiosa da qualidade do humano” e uma “sintomática marca de intervenção espiritual, humanitária, artística” publicou dois testemunhos sobre os 75 anos do “acontecimento de Fátima”. Nas notas de viagem (também referidas em GeP, 145) escritas por ocasião da comemoração dos 450 anos da chegada dos portugueses ao Japão, escreve: “Ocorre nas relações luso-japonesas um facto raro e muito pouco salientado: Portugal não tem estado presente na vida, na cultura e civilização japonesas pela guerra ou por actos de Estado. Nem mesmo o intercâmbio económico teve um extraordinário significado. Não foram na verdade as características práticas utilitárias ou as exigências políticas ou estratégicas os fundamentos que deram origem às relações Portugal-Japão. Para além desses condicionamentos - que, obviamente, também existiram - elas assentam, sobretudo, numa sintomática marca de intervenção espiritual, humanitária, artística, e na observação curiosa da qualidade do humano. É o que logo se nota na imensa maioria dos actos de encontro entre as duas culturas, geograficamente tão distantes.” Conclui que a “aventura humana do encontro nunca teve certezas”, tendo lembrado a posição de Wenceslau de Moraes segundo a qual “não pode haver guerra de civilizações!”, de Nicolas Berdiaeff que chamava “aquele distante e enigmático Japão” o «fantasmático» vencedor da Rússia e comentado: “A civilização japonesa - tal como a chinesa - encontrava-se em condições de poder impor, até ao século XIX, o condicionamento do acesso” (309-10).

16. Contra o laicismo, pela evangelização

Começa assim *O acontecimento de Fátima 1917*. Os homens laicizados supuseram, confrangidos e inquietos, alemães, franceses, ingleses, italianos, russos, belgas, portugueses, etc. que a guerra era o único caminho (296). E se formos ver os acontecimentos contemporâneos, desde a guerra de 39 a 45, se quisermos chegar ao muro de Berlim, aos temas estratégicos e políticos, ou ligar aos debates das próprias Nações Unidas, verificamos bem que por trás de todas essas dificuldades e constantes falhanços, de todos esses insucessos, está sempre esta inversão da problemática fundamental do homem que tudo contamina de impureza pela fraqueza do ponto de partida: o ódio é estéril (300). Não é por acaso que são milhares e milhares as mulheres

cristãs que vêm da Europa, da América Latina, da África, da Ásia, de toda a parte, aqui, em Portugal, ao Santuário de Fátima (302). Assim o nosso debate sobre a Pastoral de Fátima não é só a comemoração de uma data e a lembrança do aparecimento de Nossa Senhora junto de alguns de nós. É também um tópico decisivo no ponto de vista escatológico, místico e existencial. É uma aproximação muito séria, uma advertência grave quanto aos nossos problemas: primeiro, não há sociedade sem espírito; segundo, não há sociedade sem amor, sem convergência entre os homens; terceiro, não há sociedade sem a radical igualdade do homem com a mulher; quarto, não há sociedade sem esperança. Deste modo, poderem perceber todos a nossa missão sobrenatural, que é o cumprimento da Mensagem de Deus no Mundo (320). O tema continua em **Portugal no encontro de culturas**: “O Cristianismo veio alterar por completo a teoria do encontro das civilizações, mas não chegou a tempo de salvar nem a civilização celta, nem a civilização lusitana, no extremo ocidente da Península Ibérica. Tanto num caso como noutra desapareceu a língua, como a cultura. Só chegaram até nós sinais soltos e dispersos. Mas quando se deram as invasões bárbaras nos séculos IV a VII d. C., os povos, as culturas estavam já preparados pelo Cristianismo e as nacionalidades da Europa puderam resistir e manter-se.” Alargando as vistas, continua: “Vejam a Índia e a África, a China, o Japão, o Brasil e a África. Poderá alguém dizer que não tem havido uma evolução lenta e uma consciência dos problemas. Pois a história da evangelização e de outras formas de encontro de culturas só terá sido má? Têm os portugueses alguma responsabilidade superior à de quaisquer outros povos e estados nos erros? Estaremos nós excluídos das tentativas de correção? Valerá a pena, será cristão pôr o ódio primeiro que o amor para tentar encontrar soluções para os problemas de todos? Seremos assim cristãos? Ou só estaremos no erro há 500 anos? Será isso lógico? Será justo? Será uma visão cristã? Não valerá muito mais pensar na convergência e nos esforços comuns? Portugal, no encontro de culturas que promoveu cometeu erros, é certo. Mas quem os não cometeu? Só os poderemos procurar de um lado? Eis a questão essencial à luz da mensagem, concebida a pensar em Fátima, a resposta só pode ser uma: só será irremediável a situação do homem se puser o ódio onde Cristo ensinou a pôr o amor” (316)⁵⁷.

17. Contra o Portugal ocasião

Tal como Alcácer-Quibir preencheu o primeiro pacote, a conferência publicada no *Forum Rotário* preenche o último: despacha *O Fim da História* antes de fazer a crítica de “um grande antropólogo e analista das sociedades contemporâneas, Samuel Huntington”. Aceitar que se trata de conflitos de civilização e não de ideologia decorre da “civilização judaica, a passar para o Cristianismo, em termos de responsabilidade pessoal que é o conceito de pessoa humana e o conceito de próximo” – cuja noção é mais ampla do que o

⁵⁷ GeP2 tem excertos de 100JBM para “Não estão a assassinar o português!” (1983, 93), “Teoria da História de Jaime Cortesão” (1984, 1086), “Conferência de Berlim, Cem anos depois” (1985, 423), “Frei Luís de Sousa, Historiador” (1987, 1132), “Alberto Sampaio no Pensamento Histórico Português” (1995, 1175), mencionados no índice p. 40, e ainda de “Avaliação crítica do magistério de António Sardinha” (1988, 183). Ver ainda acima, p. 32.

conceito de civilização; a “interpelação que os homens fazem uns aos outros relativamente à própria civilização leva-os a tomar consciência das diferenças sem que daí se siga um choque. Poderá resultar do debate uma consciência maior da diversidade, sem contudo a suprimir, até porque o conceito de eficácia não é igual em todas as civilizações nem em todas as sensibilidades” (355-6). A segurança dentro da comunidade tornou-se o problema fundamental, enquanto o problema particular português decorre da doutrina do Portugal ocasião, do Portugal circunstância, derivado de um lugar. Será uma mera forma oportuna de viver! Contudo, a posição ‘circunstância’ opõe-se à posição ‘realidade nacional’ ou ‘essência de ser’. Ora, quando nos supomos uma essência, nem nos queremos definir – ensinando a História de Portugal sob uma forma triunfalista – “ignorando uma sociedade em tensão”: as elites querem transformar-se em aristocracia mas são obrigadas pelo povo a regressar à categoria de elites e cumprir a sua obrigação. “Como conjunto de pessoas responsáveis que são a Nação Portuguesa, se a não defendem, são implacavelmente substituídas” (357). Segue a distinção: “A nossa História está, tal como dizia Pareto, cheia de cemitérios de aristocracias. Mas não são cemitérios de elites... Nós só aceitamos aristocracias que sejam elites.” Seguem-se doze exemplos de não sermos “muito confiantes, muito seguros” entre a primeira dinastia e as revoluções de 1910, 1926 e 1974 para salientar o quadro político como factor essencial de diferencialidade, escusando-se à enumeração das “características morais, mas também sociais e psicológicas” do português⁵⁸.

Especificando que a língua se afirma nos séculos XIII e XIV na área literária e jurídica, ao lado do comentário estético do real, fabricando mitos e lendas, especifica que a primeira dinastia já os teve e pertencem ainda ao subconsciente colectivo, dos painéis de S. Vicente até aos *Lusíadas*. D João VI comentava o seu regresso à Europa vindo do Brasil anunciando que vinha instalar-se no seu canapé da Europa. “O canapé era afinal a imagem que lhe dava do Minho ao Algarve! O facto só significa, sem dúvida, que D. João VI regressou contrariado e a ironia de vir de um grande território para uma superfície estreita e longa! O facto só demonstra originalidade crítica de D. João VI? De modo algum! Mas não quererá dizer que regressa a Portugal carregado de saudades do Brasil? Não é este o único caso de sentido de humor de D. João VI, mas foi num canapé que morreu. E este comentário ao canapé europeu que é Portugal mostra-nos quanto a imagem de Portugal tem evoluído.

E traz-nos ainda um outro elemento de grande interesse crítico: a dimensão do político. As suas consequências são extraordinárias: quem poderá dizer que não há uma história da dimensão política do estado e dentro dele do lugar das capitais” (361 *in fine* exemplificando com Madrid, Moscovo, Kiev, Berlim, Paris e a criação de Brasília, 362 e acima p. 31). Nota ainda que, para os Romanos, o “Norte de Europa era a área pouco

⁵⁸ Salientada em Macedo, 2006; 2007; Macedo e Pereira 2007. Recorde-se §7 e GeP2, 143 onde se menciona a homenagem abortada na Sociedade de Geografia em 22 de Novembro onde LB Pereira se propunha abordar “Portugal e a Globalização, Revisitado: Destino Histórico ou Determinismo?”.

menor que primária” por a presença militar ser “excessivamente dispendiosa” mas, com a nova agricultura, “a Europa do Norte tornou-se paralela à Mediterrânica e até dominante...A força militar passou para o Norte! Mas a capacidade de cidadania permaneceu séculos no Mediterrâneo”. E exclama: “nós, portugueses, entretivemo-nos a considerarmo-nos uns miseráveis, enquanto os nossos próprios emigrantes venciam, no Brasil e na América do Norte, em Hawai, etc!”; “o desafio surge perante nós!” de não esquecer o aspecto político, nacional e internacional e encontrar as elites essenciais como sempre tem surgido na sociedade portuguesa em todos os momentos graves da sua existência: “não é por isso que há o *Rotary*?” Como que responde um jornalista do *New York Times* radicado em Espanha (depois de algum tempo em Portugal) ao recordar a viagem completa pelo historiador naval almirante “Morison Rates Magellan Above Columbus as a Seaman” (NYT, 24Abr72) usando apontamentos originais para concluir “Who First Circled the Globe? Not Magellan, Spain Wants You to Know” (20Set19 <https://www.nytimes.com/by/raphael-minder?page=10>).

Referências

1. Povos vencidos são os que fogem ao combate
2. Descobertas e Renascimento
3. Sentenças de Vimioso e mentalidade portuguesa no século XVI
- 4 Atlântico, Norte e Sul
- 5 *Ciência histórica e conhecimento do homem*
- 6 Empreendimento Cientificamente Organizado
7. Autenticidade, precisa-se
8. A antropologia do português Camões
- 9 Gilberto Freire
10. Espírito médico português e interdisciplinaridade
11. Europa: Ironia da Alegoria à Prudência
12. Lusofonia: *Exportação do Estado* e Velho do Restelo
13. Colonialismo informal?
14. Revoluções e continuidades
15. Sensibilidade luso-japonesa
16. Contra o laicismo, pela evangelização

17. Contra o Portugal ocasião

Índices de obras reeditadas ou citadas na parte VI (SC*, 100JBM**)

1	<i>A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos</i>		1951
2	<i>O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular</i>		1962
3	<i>Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII</i>		1963
4	O contexto da batalha... (Povos vencidos são os que fogem ao combate)**		1978
5	Estrangeirados, Um Conceito a Rever		1973
6	Elogio de José Azeredo Perdigão*		1974
7	As condições da esperança*		1978
8	<i>Estrangeirados, Um Conceito a Rever*</i>	2ª edição	1978
9	<i>Os Lusíadas e a História*</i>		1979
10	Constantes da história de Portugal		1981
11	Pensamento Luso-Brasileiro do Século XVIII**		1982
12	<i>Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII</i>	2ª edição	1982
13	São Francisco e a Natureza como Recurso Epistemológico Permanente		1982
14	<i>A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos</i>	2ª edição	1982
15	As Descobertas e o Renascimento**		1983
16	Não estão a assassinar o português!		1983
17	Para uma epistemologia da informação**		1984
18	A Teoria da História de Jaime Cortesão**		1984
19	A Conferência de Berlim, Cem anos depois***		1985
20	Questões sobre a cultura portuguesa*		1986
21	Frei Luís de Sousa, Historiador**		1987
22	<i>História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força</i>		1987
23	Para o Estudo da Mentalidade (Sentenças de Vimioso)**		1987
24	A Biblioteca Nacional e o Desafio da Cultura Portuguesa*		1989
25	O Atlântico Norte e os desafios do Sul (Atlântico, Norte e Sul)**		1989
26	Ciência histórica e conhecimento do homem**		1989
27	Descobrimientos Portugueses (Empreendimento Cientificamente Organizado)**		1989
28	Diplomacia, Agricultura e comércio transitário (Colonialismo informal?)*		1989
29	Fernando Pessoa: Tempo e História*		1989
30	Herança cultural portuguesa (Autenticidade, precisa-se)**		1989
31	O Luso-Tropicalismo de Gilberto Freire **		1989
32	<i>A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos</i>	3ª edição	1989
33	<i>O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular</i>	2ª edição	1990
34	Para um estudo estrutural (Revoluções e continuidades)**		1990
35	Portugal um Destino Histórico, 1ª Jornadas Históricas Espanha e Portugal		1990
36	Observação, cultura científica (Espírito médico português)		1991
37	<i>A Experiência Histórica Contemporânea*</i>		1994
38	Alberto Sampaio no Pensamento Histórico Português**		1995
39	Da descoberta à Redescoberta (Sensibilidade luso-japonesa)**		1993
40	O Acontecimento de Fátima, 1917 (Contra o laicismo, pela evangelização)**		1993

41	Portugal no encontro das culturas (Contra o laicismo, pela evangelização)**	1993
42	Política, Nacionalidade e Conquista da Cultura (Contra o Portugal ocasião)**	1995
43	A Sociedade Portuguesa no tempo de Camões (Ironia da Alegoria à Prudência)**	1996
44	The Portuguese model of state (Exportação do Estado e Velho do Restelo)**	1996
45	Portugal um Destino Histórico	2ª edição 1999
46	<i>A Experiência Histórica Contemporânea</i>	2ª edição 2005
47	<i>História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força</i>	2ª edição 2006
48	Para uma epistemologia da informação	2ª edição 2011
49	Para uma epistemologia da informação	3ª edição** 2022

23 IMAGENS (em negrito as incluídas em WP637 seguidas da página)

Parte I

- 1 Selo Camões
- 2 Capa *Writing*
- 3 Capa *Saber Continuar*.

Parte III

- 1 Damião de Gago (5),**
- 2 Mocho de Farinha (5),**
- 3 Capa *Obras Escolhidas* (3),**
- 4 Capa *Portugal Um Estado de Direito com 800 anos Bula Manifestis Probatum de 27 de Maio de 1179* (2),**
- 5 Capa *Portugal Um Destino Histórico* (2),**
- 6 Capa *Monocle Um bocado de Lusofilia* (7),**
- 7 Capa *Futuro e História da Lusofonia Global*,
- 8 Capa *Globalização em Português Revoluções e continuidades africanas* (7),**
- 9 Capa *Caras e Citações* (7),**
- 10 Capa *Nove Ensaios na Tradição de Jorge Borges de Macedo* (6).**

Parte IV

- 1 Capa *Homenagem APH*,
- 2 Mapa Dymaxion e circum navegação.

Parte V

- 1 Foto DN,
- 2 Capa *10 anos*,
- 3 Capa *Privado e Publicado*,
- 4 Contracapa de II/10,
- 5 Foto Agregação Vitor Gonçalves,
- 6 Capa *Apelo ao humanismo universal*,
- 7/8 2 páginas de 3.

Referências

Barata, Maria do Rosário Themudo 2004a, *Elogio do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo (1921-1996)*, Academia Portuguesa da História, pp. 55-104 (19);
- 2004b *Professor Doutor Jorge Borges de Macedo. Legado Bibliográfico*, Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa (19);

- 2021, “Jorge Borges de Macedo - a busca da sabedoria”, APH (19)
- Boxer, C.R. (1969), *The Portuguese seaborne Empire 1415-1825*, London (19)
- Brissos José 2010 Apresentação da Exposição de Ana Macedo JBM-E.AMACEDO
- Câmara, João de Sousa da 1998, *Inocência Camacho. Governador do Banco de Portugal: 1911-1936*, Academia Portuguesa de História (Estudos Históricos) (19)
- 2019, *Salazar e o saneamento financeiro*, Leya
- Cannas, Ana, Conceição Casanova, Ângela Domingues e Pedro Pina Manique 2005, “É preciso sabermos ter memória!”, in Macedo (2005), pp. 169-200;
- Casanova, Conceição e Maria M Romeiras, *Lisboa Guardiã de Saber Tropical* 2021
- Cooper, Andrew F., 2007, *Celebrity Diplomacy*, CIGI
- ALF, Ana Maria Homem Leal 2007a “Lançamento no Arquivo Histórico Ultramarino” in Edição Especial “Jorge Borges de Macedo: 10 anos depois (1996 – 2006)”, *Negócios Estrangeiros*, nº 11.4, pp. 103-17; (20)
- e Isabel Drummond Braga (coords) 2007b *Problematizar a História - Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Caleidoscópio. (20)
- Ferrão, JE Mendes 2008 *As Plantas na Primeira Globalização* IICT
- Figueiredo, Xavier de 2018 *O Último Ultramarino*, Leya; (20)
- Financial Times* 25/08/19 editorial <https://www.ft.com/content/4d36d9cc-bd0f-11e9-b350-db00d509634e> (20)
- 23/09/19 carta do leitor Pedro Caetano, Abingdon, Oxfordshire <https://www.ft.com/content/579fd882-d943-11e9-8f9b-77216ebe1f17> (20)
- Fortes, Arminda Augusto 2014 *José de Macedo, um intelectual na viragem do século: organização e descrição do espólio arquivístico* Universidade Autónoma de Lisboa Departamento de Ciências Documentais
- IICT, 2010 *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, Catálogo da Exposição no Jardim Botânico Tropical; (20)
- Lundhal, Mats, 1979 *Peasants and Poverty: A Study of Haiti*
- Karp, Matthew *This Vast Southern Empire Slaveholders at the Helm of American Foreign Policy* Harvard 2016
- Slavery Was Defeated Through Mass Politics” *Jacobin*, 24/2/20
- Macedo, Ana 2010, *Jorge Borges de Macedo Privado e Publicado*, IICT; apresentado no Jardim Botânico Tropical por José Brissos; (20)
- Macedo, Branca Braga de 1997 “Agradecimento da família”, *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, nº 24, pp. 33-36. (20)
- , Jaime Gama, Jorge Braga de Macedo e José Brissos, 2022 *Jorge Borges de Macedo Obras Escolhidas* Edição do Centenário, Fundação Calouste Gulbenkian, (20)
- Macedo, Jorge Braga de 1985 "O Estado nas nações pobres" in Neves
- 1995 “Convertibility and Stability 1834-1994: Portuguese Currency Experience Revisited”, *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, pp. 421-438
- 2005 (organizador), *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* (inclui 2ª edição de *A Experiência Histórica Contemporânea*), Instituto Diplomático do MNE;
- 2006 “Por onde vai a diferencialidade portuguesa?”, *Negócios Estrangeiros* nº 9.1, Março, 38-53

- 2007 “Diferencialidade revisitada: a propósito dos lançamentos da 2ª edição revista e ilustrada de História Diplomática Portuguesa”, *Negócios Estrangeiros*, nº 10, 26-37
- , Luís Brites Pereira 2007 “Diferencialidade Portuguesa na Globalização”, *Negócios Estrangeiros* nº 11.2, 223-36.
- 2008 “Economic Advice and Regime Change in Portugal”, in Francesco Franco (editor), *Challenges Ahead for the Portuguese Economy*, ICS
- 2009, L Amaral, AF Silva, AC Henriques (orgs), *Nove ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo*, IICT
- 2013, “Economista Militante”, *Notas Económicas*, Faculdade de Economia de Coimbra (atualização de “Texts prepared for delivery at Paul Krugman’s honorary doctorate by three Lisbon universities on 27 February”, *NOVASBE Working Paper* nº 566);
- 2015a, *Writing to Queens while Crises Proceed*, 2ª edição, IICT (última publicação);
- 2015b, “História e Saber Tropical: Memória de Gago para além das suas políticas”, *NOVASBE Working Paper* nº 595, Agosto
- 2015c, De Mariano Gago a Damião de Góis via Borges de Macedo, *Nova Cidadania* 57, Outono, pp. 57-73 (seção 1 da rubrica anterior)
- 2016, Memória de Gago para além das suas políticas, *Nova Cidadania* 59, Verão (seções 2 e 3 de 2015b)
- 2017 “Diversidade da Lusofonia, no Espaço e no Tempo”, Fernando Paulo Baptista, ***Homenagem ao Papa Francisco por ocasião da sua vinda a Fátima***, Crença e Razão (pp. 417-8, resumo de “Carta à Rainha Lusófona: Esboço e Justificação” *NOVASBE Working Paper* nº 611.
- 2018a, “Antevendo mais lusofonia e outras memórias lusófilas”, *NOVASBE Working Paper* nº 622
- 2018b *Macro de Economia Aberta: Ensino e Prática depois de Abril* ACL
- 2019, “Cem anos de crédito externo da República”, *NOVASBE Working Paper* nº 631
- 2021a, com Manuel Alves da Rocha e Maria Manuel Romeiras 2021a (orgs) *Globalização em português revoluções e continuidades africanas*, Principia, Fundação Amélia de Mello, resumido em *Nova Cidadania*, nº 75
- 2021b “Centenário de Jorge Borges de Macedo, Historiador e Pedagogo” *NOVASBE Working Paper* nº 637 (versão alargada da apresentação na APH com vista à da ACL, resumido em *Nova Cidadania*, nº 74)
- 2021c “Globalização em português no mundo pós-4.0” in Malhó et al, 18-26, 188-9
- 2022, com Manuel Alves da Rocha (orgs) *Globalização em português revoluções e continuidades*, UCAN no prelo
- 2023, “Mistérios de Lisboa” separata de *Boletim de Ciências Económicas* vol LXVI Tomo II
- 2024 “Lembrar Jorge Borges de Macedo depois do centenário” in Sérgio Campos Matos org, *Jorge Borges de Macedo, história e inquietação* no prelo
- Macedo, Maria Luiza 1986, “Para uma política de Conservação de Livros Impressos em Portugal”, *5º Centenário da Imprensa em Portugal*, Biblioteca Nacional;
- 2014, «Projeto de informatização, digitalização e divulgação do Arquivo Histórico Científico e Académico da Academia das Ciências de Lisboa», Encontro Arquivos Científicos, FCSH NOVA.
- Malhó, Rui, João Caraça, Helder Coelho Jorge Braga de Macedo e Rui Vilela Mendes 2021, *Complexidade: implicações e políticas globais*, By the Book.

Martins, Maria João 2021 O historiador que pensou o lugar de Portugal no mundo, *Diário e Notícias*, 28 Fevereiro

Matos, Álvaro Costa de 2005 «A ideia da Europa em Jorge Borges de Macedo: Constantes e Linhas de Força», SC, 127

- 2021 «Acerca da Historiografia de Jorge Borges de Macedo: Constantes e Linhas de Força», APH Matos, Sérgio Campos (org), 2016 *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, por Maria do Rosário Themudo Barata, pp. 1-17, http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_macedo.htm

Mendonça, Manuela 1991 (coord) *Jorge Borges de Macedo. Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*, pesquisa e organização José Brissos, Ana Cannas e Ana Garcia, Colibri;

Monocle 2012 “Generation Lusophonia”

Morito, Morishima 2017, *Pearl Harbor Lisboa Tóquio* (traduzido do japonês)

Neves, João César das 1985 (editor) *Pobreza Perspectivas de Análise Pluri-Disciplinar*, UCP

Pinto, Pedro 2014 *Serpa Pinto o mistério do sexto império*

PCM *Relatório Internacionalização e Desenvolvimento* 2011

Ramanna, Karthik 2015 «Thin political markets: The soft underbelly of capitalism», *California Management Review* 57, n.º 2 (Winter), 5-19.

- 2021 «Generalist Johnson and specialist scientists prove the need to get along», *Financial Times*, 28/6.

Rodrigues, Miguel Jasmins 2008 *Futuro e História da Lusofonia Global*, IICT

Serrão, Joaquim Veríssimo 1981, “Portugal um Destino Histórico”, ACL pp. 47-51;

- 1992, MLF Braga, VS Gonçalves e MRT Barata (coords) *Estudos em homenagem de Jorge Borges de Macedo*, INIC

Sideri, Sandro 1970 *Trade and Power, Informal Colonialism in Anglo-Portuguese Relations*

Stein, Stanley e Barbara Stein 1970 *The colonial heritage of Latin America*

Tett, Gillian 2015 *The Silo Effect: the peril of expertise and the promise of breaking down barriers*.

Nova School of Business & Economics

Campus de Carcavelos

Rua da Holanda 1

2775-405 Carcavelos | Portugal

novasbe.pt

Accredited by



Member of

